



## RESULTADOS E DESEMPENHO 30 de junho de 2012

### DESTAQUES DO 1º SEMESTRE

Destques Econômico-Financeiros (R\$ milhões)	1S12	1S11	Varição
Receita Líquida	1.742,9	1.769,1	-1,5%
EBITDA	437,7	505,7	-13,4%
Margem EBITDA	25,1%	28,6%	-3,47 p.p.
Lucro Líquido	221,6	266,5	-16,8%
Dívida Líquida	1.014,3	757,0	34,0%
Investimentos	120,9	150,5	-19,7%
Volume de fornecimento (GWh)	5.974,7	5.973,8	0,0%
Consumo de energia na área de concessão (GWh)	7.908,2	7.635,9	3,6%

Outros Destaques	jun/12	jun/11	Varição
Cientes (milhares)	2.289	2.222	3,0%
DEC (horas)	9,26	9,74	-4,9%
FEC (interrupções)	5,23	5,66	-7,6%
Perdas (*)	7,21%	7,22%	-0,01 p.p.
Rating corporativo (Standard & Poor's)	brAAA	brAAA	-

(\*) Estimativa – ver item 12 - Desempenho Operacional

- Em 30 de maio de 2012 foi concluído o processo de reestruturação societária das empresas controladoras da Elektro, que fez parte de uma reorganização do Grupo Iberdrola, e teve como objetivo simplificar a estrutura de controle da Elektro, concentrando todas as ações detidas pelo grupo controlador numa única holding, a Iberdrola Brasil S.A. A reestruturação não alterou o controle acionário indireto da Companhia, detido pela Iberdrola S.A., com sede na Espanha, nem resultou em aumento de seu capital social ou alteração das participações dos demais acionistas no capital social da Elektro.
- A Elektro foi eleita em julho de 2012, pela sexta vez desde 2004, a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País, pela oitava vez Melhor Gestão Operacional e pela segunda vez Melhor Avaliação pelo Cliente, segundo avaliação da Abradee, entre as distribuidoras de energia com mais de 500 mil clientes.

- A Elektro conquistou ainda, em abril de 2012, o XIII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente.
- Em 23 de maio de 2012 a agência de classificação de riscos Standard & Poor's reafirmou o *Rating* Corporativo brAAA, o melhor *rating* da escala de crédito, que vem sendo mantido pela Companhia desde 1º de julho de 2010.

**Sumário**

<b>1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS .....</b>	<b>4</b>
1.1. Composição acionária.....	4
1.2. Reorganização Societária.....	4
<b>2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES .....</b>	<b>4</b>
<b>3. AMBIENTE ECONÔMICO .....</b>	<b>5</b>
<b>4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS .....</b>	<b>6</b>
4.1. Reajuste tarifário.....	6
4.2. 3º ciclo de Revisão Tarifária.....	6
<b>5. DESEMPENHO COMERCIAL .....</b>	<b>7</b>
5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição .....	7
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia.....	10
5.3. Contratos de Compra de Energia.....	10
<b>6. RESULTADOS.....</b>	<b>11</b>
6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio .....	12
<b>7. ESTRUTURA DE CAPITAL.....</b>	<b>13</b>
<b>8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO .....</b>	<b>14</b>
<b>9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....</b>	<b>14</b>
<b>10.FLUXO DE CAIXA .....</b>	<b>15</b>
<b>11.INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>12.DESEMPENHO OPERACIONAL .....</b>	<b>16</b>
<b>13.RECONHECIMENTO .....</b>	<b>17</b>
<b>Balancos patrimoniais .....</b>	<b>19</b>
<b>Demonstração de resultados .....</b>	<b>21</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente .....</b>	<b>23</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....</b>	<b>24</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa .....</b>	<b>25</b>
<b>Demonstração do valor adicionado .....</b>	<b>26</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....</b>	<b>62</b>

## 1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Elektro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

### 1.1. Composição acionária

Em 30 de junho de 2012, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, dividido em 91.880.972 ações ordinárias e 101.878.293 ações preferenciais, conforme tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA ATUAL						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	99,97%	101.279.596	99,41%	193.135.421	99,68%
Acionistas Minoritários	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
<b>Total</b>	<b>91.880.972</b>	<b>100%</b>	<b>101.878.293</b>	<b>100%</b>	<b>193.759.265</b>	<b>100%</b>
<b>Participação sobre o total de Ações</b>		<b>47,42%</b>		<b>52,58%</b>		<b>100,0%</b>

A remuneração praticada pela Elektro para distribuição de dividendos aos seus acionistas é de até 95% dos lucros acumulados do exercício. Os outros 5% são destinados para constituição de Reserva Legal.

### 1.2. Reorganização Societária

Em 30 de maio de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, na sede da Companhia, foi aprovada a reestruturação societária relativa à incorporação da EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. pela Companhia, e, subsequentemente, à versão para a Companhia do acervo líquido cindido da Iberdrola Energia do Brasil Ltda., composto pelo investimento detido por referida sociedade na Companhia e ágio gerado na aquisição da Elektro e da EPC, líquido da Provisão requerida pela Instrução CVM 319/99.

A reestruturação societária teve como objetivo simplificar a estrutura societária, dado que, após a sua implementação, as ações da Companhia detidas indiretamente pelo acionista controlador passaram a ser de titularidade de uma única sociedade holding, a Iberdrola Brasil S.A., controladora dos antigos acionistas controladores da Companhia (EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. e Iberdrola Energia do Brasil Ltda.).

A implementação da reestruturação societária deixou a holding Iberdrola Brasil S.A. como titular direta de 99,68% das ações da Elektro, foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 22 de maio de 2012, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.500, e pelo BNDES, na data de 23 de maio de 2012.

A reestruturação societária não alterou o controle acionário indireto da Companhia, detido pela Iberdrola S.A., com sede na Espanha, nem resultou em aumento de seu capital social, bem como não alterou as participações dos demais acionistas não controladores no capital social da Elektro.

## 2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A empresa mantém um canal de comunicação com o mercado pelo *website* [www.elektro.com.br/ri](http://www.elektro.com.br/ri) ou pelo endereço eletrônico [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br).

### 3. AMBIENTE ECONÔMICO

O primeiro semestre de 2012 seguiu marcado por sinais de baixo crescimento econômico e produção industrial, tanto no mercado interno quanto externo. Nos Estados Unidos, a variação do PIB desacelerou, bem como o ritmo de geração de empregos. Na Zona do Euro, permanece o cenário de contenção fiscal e manutenção dos efeitos da crise. Observou-se também continuidade do processo de desinflação global, e as taxas de juros oficiais de importantes economias, tais como EUA, Zona do Euro e Reino Unido seguem as mínimas históricas. Na China, o PIB do segundo trimestre cresceu 7,6% em comparação com o mesmo período de 2011, a menor taxa de crescimento desde 2009, levando o Banco Central da China a reduzir as taxas de juros na tentativa de impulsionar o crescimento econômico.

No Brasil, as medidas de estímulo adotadas pelo governo brasileiro para incentivar setores da indústria não foram suficientes para evitar a queda da produção industrial nos cinco primeiros meses do ano, que reduziu 3,4% frente a igual período do ano anterior, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os sinais de redução no ritmo produtivo ficam evidenciados pelos níveis de estoque ainda elevados.

A moeda brasileira apresentou desvalorização de 7,76% frente ao dólar norte-americano, encerrando o primeiro semestre cotado a R\$ 2,0213 /US\$ contra R\$ 1,8758/US\$ em dezembro de 2011.

O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) registrou inflação de 3,19%, mantendo-se em linha com o resultado do primeiro semestre do ano anterior, quando apresentava inflação de 3,15%.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou redução e fechou o semestre em 2,32%, 1,55 ponto percentual abaixo do registrado no primeiro semestre de 2011. Além da menor pressão exercida pelo grupo de alimentos, a redução no grupo de transportes, especialmente no preço de veículos novos e usados, contribuiu fortemente para a desaceleração do índice.

Dando seguimento ao processo de ajuste das condições monetárias, em julho de 2012 o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu reduzir a taxa Selic para o mais baixo índice da história, 8,0% a.a., 4,25 pontos percentuais abaixo da taxa de encerramento de junho de 2011 (12,25% a.a.). Em 30 de junho, o Conselho Monetário Nacional alterou a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) de 6,0%, fixada neste nível a partir de julho até setembro de 2012, para 5,5% a.a., o mais baixo patamar desde sua criação em 1994.

No primeiro semestre de 2012, as exportações apresentaram valor de US\$ 117,215 bilhões, o que representou uma retração de 1,7% sobre o mesmo período do ano anterior. As importações, por sua vez, apresentaram cifras recorde de US\$ 110,142 bilhões (3,7% de incremento sobre os seis primeiros meses de 2011). O superávit comercial encerrou o semestre de 2012 com US\$ 7,073 bilhões, 45,4% abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior (US\$ 12,959 bilhões).

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada			
	2T12	2T11	1S12	1S11
Taxa de Câmbio R\$/US\$ <sup>(1)</sup>	2,0213	1,5611	2,0213	1,5611
Valorização / (desvalorização) cambial - real em relação ao dólar	-10,93%	4,15%	-7,76%	6,31%
IGP-M	2,55%	0,70%	3,19%	3,15%
IPCA	1,08%	1,40%	2,32%	3,87%
CDI	2,05%	2,80%	4,42%	5,52%
TJLP	1,47%	1,47%	2,96%	2,96%

<sup>(1)</sup> Cotação em 30 de junho.

## 4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

### 4.1. Reajuste tarifário

Os reajustes tarifários, que ocorrem anualmente entre as revisões tarifárias, têm o objetivo de propiciar à concessionária o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e a garantia de que a mesma não sofrerá perdas pela exposição ao processo inflacionário. Adicionalmente, permite a apropriação pelos consumidores dos ganhos estimados de eficiência econômica, por meio do Fator X. Para a Elektro, este reajuste ocorre anualmente no dia 27 de agosto, conforme previsto no Contrato de Concessão.

A Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010, e da Nota Técnica nº 253, de 13 de agosto de 2010, homologou o reajuste anual da Elektro referente ao período de 27 de agosto de 2009 a 26 de agosto de 2010. O índice médio de Reajuste Tarifário foi de 14,49%, composto por 9,31% relativo ao Reajuste Tarifário anual e 5,18% relativo a componentes financeiros adicionais, baseado no que a Companhia apurou de ativos e passivos regulatórios desde o reajuste anterior. Devido à exclusão da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados ao Reajuste Tarifário anterior, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 8,91%, para os faturamentos desde 27 de agosto de 2010.

Devido à postergação da Revisão Tarifária que deveria ocorrer em 27 de Agosto de 2011, a Aneel decidiu por concatenar o Reposicionamento tarifário, referente ao ciclo de 2007 a 2011, ao Reajuste previsto para 2012 (período de 27 de agosto de 2011 a 26 de agosto de 2012) conforme Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011. Neste caso a nova tarifa passará a valer a partir da mesma data de 27 de Agosto de 2012.

### 4.2. 3º ciclo de Revisão Tarifária

Em 2011, conforme definido no Contrato de Concessão, ocorreria a Terceira Revisão Tarifária Periódica ordinária da Elektro, referente ao ciclo de 2007 a 2011. No entanto, como a Aneel não concluiu o aprimoramento da metodologia para o terceiro ciclo com a antecedência necessária, foi publicada a Resolução Normativa nº 433, de 15 de abril de 2011, que estabeleceu a prorrogação provisória das tarifas de energia. As tarifas da Elektro foram prorrogadas por meio da Resolução Homologatória nº 1.196, de 26 de agosto de 2011. Quando for calculada a nova tarifa da Elektro, esta terá efeito retroativo à data contratual (27 de agosto de 2011 a 26 de agosto de 2012).

A Resolução Normativa nº 457, de 08 de novembro de 2011 aprovou a metodologia e os procedimentos gerais para realização do terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, resultado da Audiência Pública nº 040/2010 iniciada em 8 de setembro de 2010.

Para o custo de capital (WACC), a Aneel definiu para o terceiro ciclo de Revisão Tarifária um novo valor real de 7,50% a.a. após impostos. Este valor substituiu os 9,95% a.a. utilizado no segundo ciclo. Outras mudanças aprovadas por essa mesma Resolução estão relacionadas a Custos Operacionais, Perdas não Técnicas de Energia, Base de Remuneração Regulatória, Fator X, Outras Receitas e Receitas Irrecuperáveis (nível de inadimplência).

Além da metodologia a ser empregada para o cálculo da tarifa da distribuidora, a Aneel também aprovou, por intermédio da Resolução Normativa nº 464, de 22 de novembro de 2011, os procedimentos para a definição da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição, resultado da Audiência Pública nº 120/2010.

A Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011, estabelece que os efeitos resultantes do terceiro ciclo de Revisão Tarifária serão aplicados às tarifas a partir da data do próximo reajuste tarifário, em 27 de agosto de 2012 para a Elektro, tendo seus efeitos retroativos a 27 de agosto de 2011.

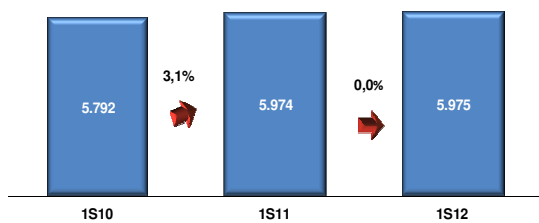
Em 10 de Maio de 2012 foi aberta a Audiência Pública nº 031/2012 que visa o aprimoramento da revisão tarifária da Elektro para terceiro ciclo. Nesta Audiência a Aneel divulgou o número preliminar de -6,20% como efeito médio na tarifa a ser percebido pelo consumidor.

A prorrogação do resultado do terceiro ciclo da Revisão Tarifária e a conseqüente manutenção das tarifas da Elektro resultou em um efeito positivo estimado de R\$ 150,1 milhões na Receita Operacional Bruta do primeiro semestre de 2012. Este efeito dará origem a um componente financeiro o qual será compensado nos reajustes tarifários subseqüentes. A forma de cálculo do componente financeiro e sua compensação serão definidas e divulgadas juntamente com os resultados do terceiro ciclo de Revisão Tarifária pela Aneel. A Elektro poderá confirmar o impacto efetivo no resultado tão logo os valores das tarifas sejam divulgados.

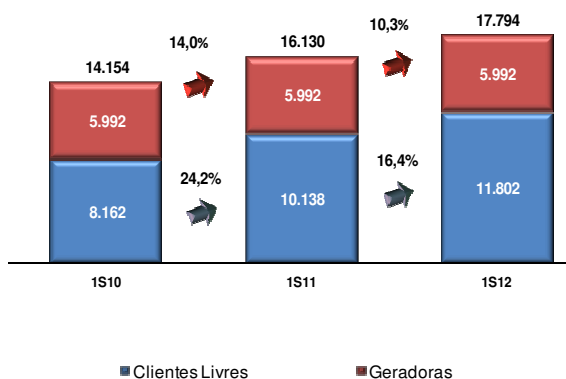
## 5. DESEMPENHO COMERCIAL

### 5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição

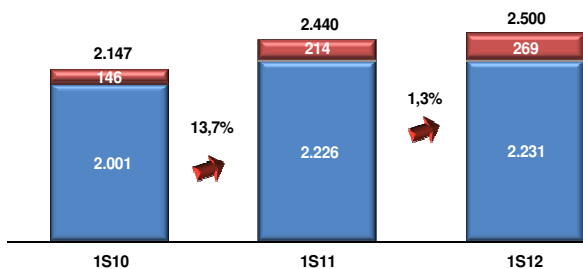
Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (GWh) <sup>(\*)</sup>



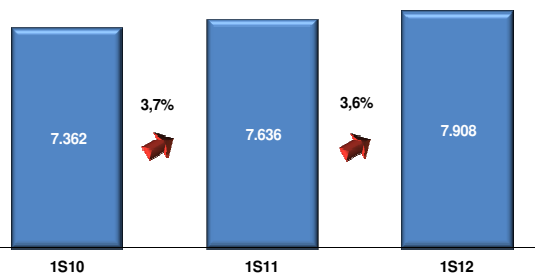
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras (MW) <sup>(\*)</sup>



Receita de Fornecimento de Energia e de Uso do Sistema (R\$ milhões)



Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (GWh) <sup>(\*)</sup>



■ Clientes Finais (Fornecimento de Energia) ■ Clientes Livres (Uso do Sistema de Distribuição)

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh <sup>(*)</sup>		
	1S11	1S12	Var. %
Residencial	1.925,1	1.994,7	3,6%
Industrial	2.019,9	1.818,7	-10,0%
Comercial	1.012,2	1.114,4	10,1%
Rural	421,7	430,8	2,1%
Poder Público	147,3	156,1	6,0%
Iluminação Pública	220,9	227,7	3,1%
Serviços Públicos	226,7	232,3	2,5%
<b>Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais</b>	<b>5.973,8</b>	<b>5.974,7</b>	<b>0,0%</b>

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	MW <sup>(*)</sup>		
	1S11	1S12	Var. %
<b>Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição <sup>(1)</sup></b>	<b>16.130,3</b>	<b>17.794,2</b>	<b>10,3%</b>

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	R\$ milhões		
	1S11	1S12	Var. %
Residencial	908,3	942,4	3,7%
Industrial	622,5	550,3	-11,6%
Comercial	423,1	466,6	10,3%
Rural	99,5	103,1	3,6%
Poder Público	62,6	66,4	6,2%
Iluminação Pública	53,8	56,7	5,4%
Serviços Públicos	71,8	69,5	-3,3%
Receita não Faturada <sup>(2)</sup>	(15,5)	(24,1)	55,4%
<b>Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais</b>	<b>2.226,1</b>	<b>2.230,9</b>	<b>0,2%</b>

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	R\$ milhões		
	1S11	1S12	Var. %
<b>Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição <sup>(1)</sup></b>	<b>213,6</b>	<b>269,3</b>	<b>26,1%</b>
<b>Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)</b>	<b>2.439,7</b>	<b>2.500,2</b>	<b>2,5%</b>

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(1) A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

(2) Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor após a medição mensal e até o último dia do mês, calculada com base na carga de energia distribuída referente ao período apurado.

No primeiro semestre de 2012, a Elektro forneceu aproximadamente 5.975 GWh de energia elétrica a clientes finais, montante praticamente igual ao mesmo período do ano anterior, 5.974 GWh.

O destaque deste semestre foi a redução do consumo da classe industrial, com decréscimo de 10%, em razão principalmente da migração de clientes cativos para o mercado livre, e do reflexo do fraco desempenho da Produção Industrial, que apresentou decréscimo de 3,4% no acumulado até maio deste ano, segundo o IBGE.

No acumulado até junho as classes residencial e comercial apresentaram crescimento de 3,6% e 10,1%, respectivamente. O desempenho destas classes está fortemente impactado pela regularização do código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), em concordância com a Resolução 414/10 da Aneel. Esta mudança afetou negativamente a classe residencial e positivamente a comercial. Expurgando esta migração entre classes, o crescimento da classe residencial passa a ser de 4,7% e a classe comercial de 6,6%.

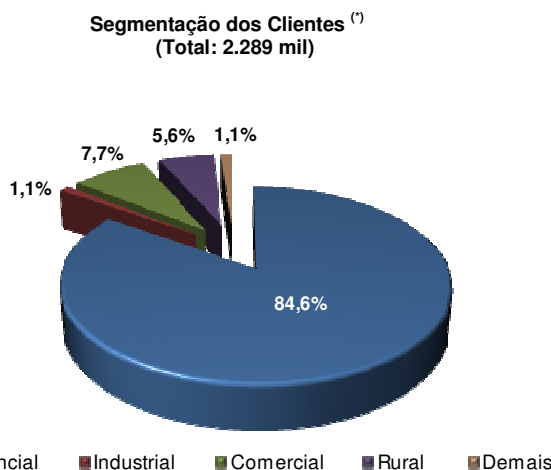
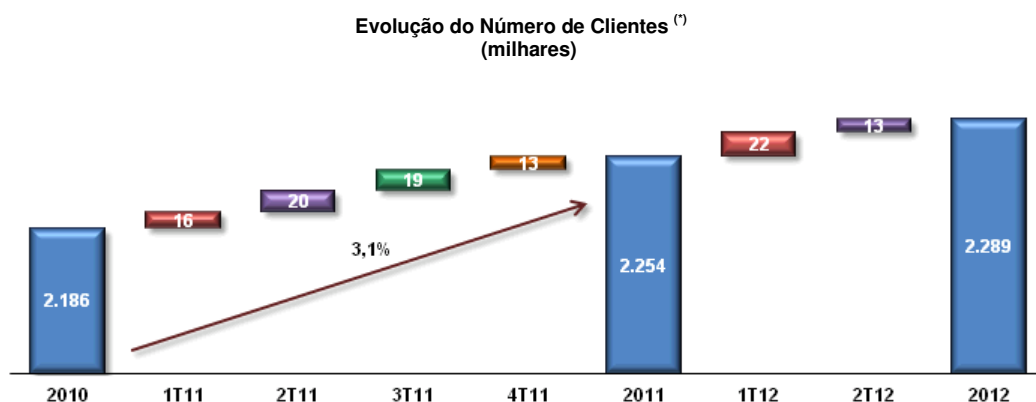
O alto índice pluviométrico registrado no final do primeiro semestre de 2012 afetou negativamente o resultado da classe rural, encerrando o semestre com um crescimento de 2,1%, quando comparado ao mesmo período de 2011.

O crescimento no consumo da classe de Poder Públicos em 6,0% foi devido ao maior número de dias de faturamento no semestre (2 dias) em comparação com o mesmo período de 2011.

O crescimento do mercado total da área de concessão da Elektro, incluindo tanto os clientes finais como os do mercado livre, foi de 3,6%, no acumulado até junho, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O mercado cativo apresentou crescimento nulo e os clientes livres cresceram 16,3%. Cabe ressaltar que o expressivo crescimento do consumo dos clientes livres foi impactado pela migração de clientes do mercado cativo para o livre, o que resultou no crescimento de demanda dos clientes livres (incluindo Geradoras) de 10,3% quando comparado ao primeiro semestre de 2011. Em junho de 2011 a Elektro possuía 55 clientes livres, frente a 90 clientes em junho deste ano.

A receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição apresentou incremento de 2,5% no primeiro semestre de 2012 sobre igual período do ano anterior. O montante apurado foi de R\$ 2.500,2 milhões contra R\$ 2.439,7 milhões nos seis primeiros meses de 2011.

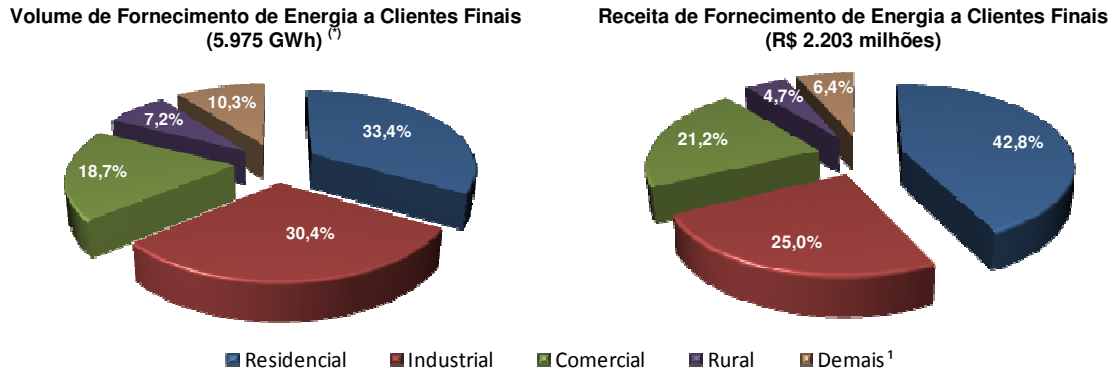
Em junho deste ano foram atendidos 2.289 mil clientes, um crescimento de 3,0%, ou um acréscimo de 67 mil novos clientes, quando comparado ao mês de junho de 2011, decorrente do crescimento vegetativo da população da área de concessão e, conseqüentemente, do aumento do número de domicílios ligados à rede elétrica.



(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

## 5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação ao longo do primeiro semestre de 2012:



(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

<sup>1</sup> Inclui receita não faturada a clientes finais.

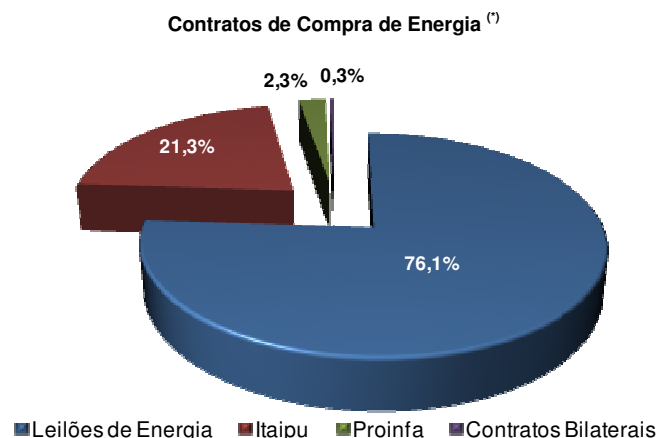
## 5.3. Contratos de Compra de Energia

Entre janeiro e junho de 2012, 76,1% do suprimento de energia para a Elektro foi realizado através de contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado. A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 21,3% do total de energia comprada. O restante do portfólio de compra foi composto de 2,3% de energia proveniente de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa) e 0,3% decorreram de contratos bilaterais.

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação e contratou suas necessidades de energia para 2012.

A partir de 2013, há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos dos leilões de energia existente. Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e de Belo Monte, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos a serem realizados a partir deste ano, conforme previsto na legislação vigente.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro para o primeiro semestre de 2012:



(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

## 6. RESULTADOS

Valores em R\$ milhões	1S12	1S11	△ R\$	△ %
			1S12 / 1S11	1S12 / 1S11
<b>Receitas Operacionais</b>	<b>2.680,2</b>	<b>2.643,9</b>	<b>36,3</b>	<b>1,4%</b>
Venda de Energia Clientes Finais	2.230,9	2.226,1	4,7	0,2%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	269,3	213,6	55,7	26,1%
Receita de construção	122,1	155,4	(33,3)	-21,4%
Outras Receitas	58,0	48,8	9,2	18,9%
Deduções às Receitas Operacionais	(937,3)	(874,8)	(62,5)	7,1%
<b>Receitas Operacionais Líquidas</b>	<b>1.742,9</b>	<b>1.769,1</b>	<b>(26,1)</b>	<b>-1,5%</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(1.164,8)</b>	<b>(1.080,9)</b>	<b>(83,9)</b>	<b>7,8%</b>
Energia Comprada para Revenda	(930,5)	(835,9)	(94,5)	11,3%
Gastos Operacionais	(234,3)	(244,9)	10,6	-4,3%
<b>Custo de Construção</b>	<b>(122,1)</b>	<b>(155,4)</b>	<b>33,3</b>	<b>-21,4%</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(90,0)</b>	<b>(105,4)</b>	<b>15,4</b>	<b>-14,6%</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>366,0</b>	<b>427,4</b>	<b>(61,3)</b>	<b>-14,4%</b>
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>437,7</b>	<b>505,7</b>	<b>(68,0)</b>	<b>-13,4%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(29,2)</b>	<b>(22,2)</b>	<b>(7,0)</b>	<b>31,5%</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>221,6</b>	<b>266,5</b>	<b>(44,9)</b>	<b>-16,8%</b>

<sup>1</sup> O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido antes de receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, e depreciação e amortização. A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

No primeiro semestre de 2012, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 2,7 bilhões, com incremento de 1,4%, quando comparada ao mesmo período de 2011.

As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 1,7 bilhão, registrando retração de 1,5% em relação ao primeiro semestre de 2011. A variação observada deve-se principalmente a:

- (i) contabilização das receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como Obrigações Especiais a partir da data da revisão tarifária do 3º ciclo da empresa, ou seja, a partir de setembro de 2011, de acordo com a Resolução Normativa nº 463/11, no valor de R\$ 11,2 milhões para o primeiro semestre de 2012, o que não ocorreu no mesmo período de 2011;
- (ii) aumento na Dedução às Receitas Operacionais (7,1%), relativo principalmente à elevação de encargos setoriais (R\$ 40,4 milhões);
- (iii) redução da Receita de Construção (21,4%), devido à postergação de Investimentos para o segundo semestre de 2012 (R\$ 33,3 milhões);
- (iv) os efeitos acima foram parcialmente compensados pelo crescimento na Receita pelo uso do Sistema de Distribuição (26,1%), resultante da expressiva migração de clientes da classe industrial do mercado cativo para o mercado livre (R\$ 55,7 milhões).

O custo da energia comprada para revenda cresceu 11,3% em comparação aos seis primeiros meses de 2011, devido ao aumento da tarifa média de energia decorrente dos reajustes dos contratos de compra. Até junho de 2012, os Gastos e Despesas Operacionais foram R\$ 234,4 milhões e R\$ 90,0 milhões, respectivamente, registrando redução de 4,3% e 14,6% em relação ao primeiro semestre de 2011.

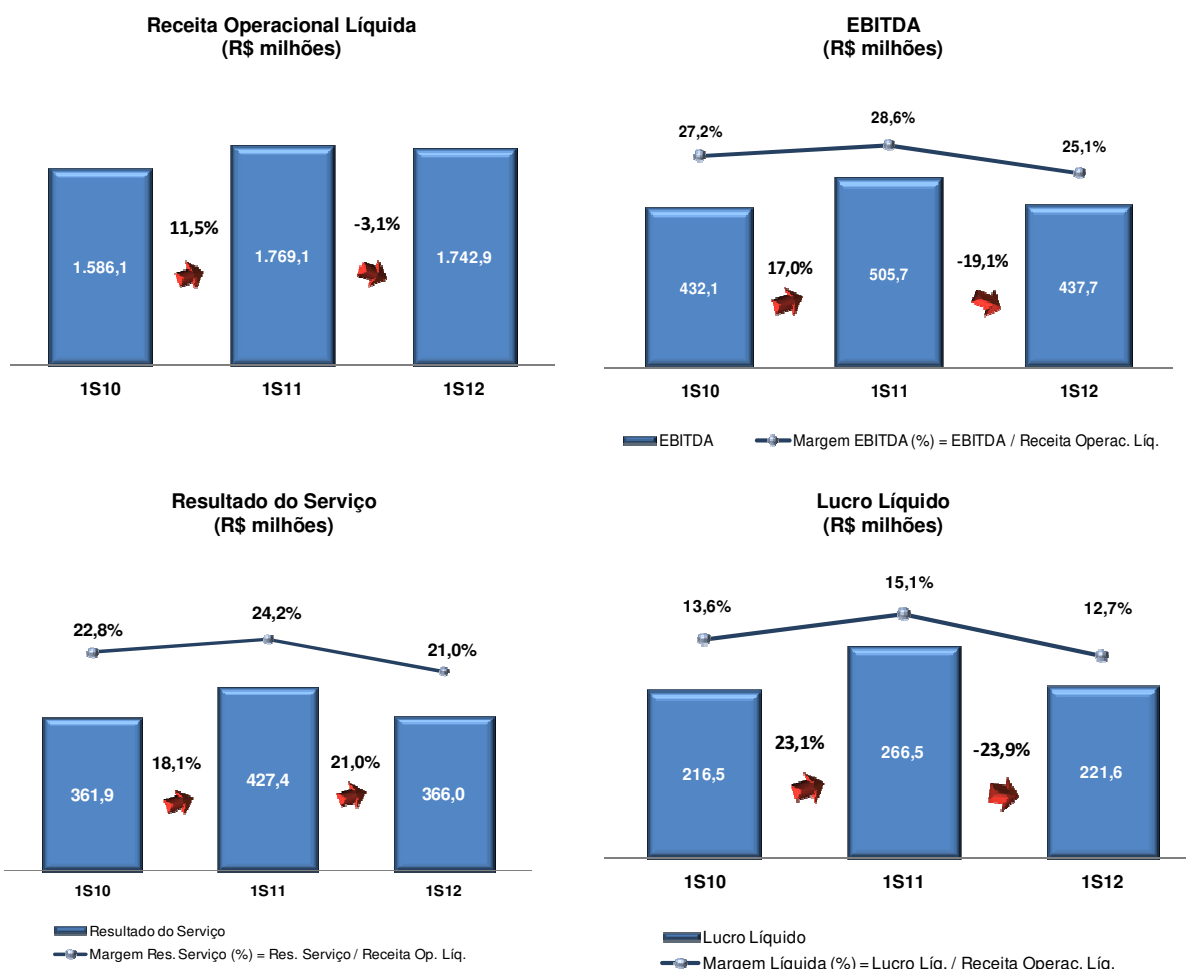
O resultado do serviço foi de R\$ 366,0 milhões, com redução de 14,4% sobre o resultado de 30 de junho de 2011 (R\$ 427,4 milhões), decorrente principalmente do efeito do aumento dos encargos setoriais (R\$ 40,4 milhões) e do custo da energia comprada (R\$ 94,5 milhões), parcialmente compensadas pelo aumento da receita operacional bruta (R\$ 36,3 milhões) e redução nas despesas e gastos operacionais (R\$ 26,0 milhões).

O EBITDA encerrou o período em R\$ 437,7 milhões, com redução de 13,4% em relação ao primeiro semestre de 2011, conforme variação no resultado do serviço descrita acima.

O Resultado Financeiro acumulado de janeiro a junho de 2012 foi uma despesa líquida de R\$ 29,2 milhões, apresentando crescimento de 31,3% sobre a despesa financeira líquida auferida no primeiro semestre de 2011, de R\$ 22,2 milhões. A variação observada ocorreu principalmente (i) pela menor receita de juros pelo pagamento de contas em atraso (R\$ 4,6 milhões) e (ii) maior variação monetária e cambial dos pagamentos de compra de energia de Itaipu atrelados ao dólar norte-americano (R\$ 3,7 milhões). Esta variação monetária e cambial possui um hedge natural pela recomposição na tarifa quando dos reajustes tarifários.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 221,6 milhões em junho de 2012, redução de 16,8% quando comparado ao resultado de R\$ 266,5 milhões do primeiro semestre do ano anterior.

Os gráficos a seguir ilustram o desempenho dos resultados operacionais da Elektro, nos seis meses de 2012 comparados ao mesmo período de 2011 e 2010.



## 6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 23 de janeiro de 2012 ocorreu o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 71,6 milhões, referente ao exercício de 2011, aprovado em reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 10 de novembro e 23 de dezembro de 2011.

Em 28 de março de 2012, a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 134,7 milhões, referente ao exercício de 2011 (já deduzidos os

pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio). O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 20 de abril de 2012.

## 7. ESTRUTURA DE CAPITAL

30/06/2012	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
<b>Empréstimos com Terceiros</b>				
Debêntures	30,4	607,6	638,0	49,4%
BNDES Finem / Finame	2,5	108,8	111,2	8,6%
Eletrobrás	11,8	96,8	108,6	8,4%
Finep	10,6	39,0	49,6	3,8%
Linha 4131	366,4	0,0	366,4	28,4%
Arrendamento mercantil	5,3	12,8	18,1	1,4%
<b>Total da Dívida</b>	<b>427,0</b>	<b>865,0</b>	<b>1.291,9</b>	<b>100,0%</b>
<b>Perfil da Dívida</b>				
	<b>33%</b>	<b>67%</b>	<b>100%</b>	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos <sup>(1)</sup>			(277,6)	
<b>Endividamento Líquido</b>			<b>1.014,3</b>	

<sup>(1)</sup> Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica, fundo educacional e outros.

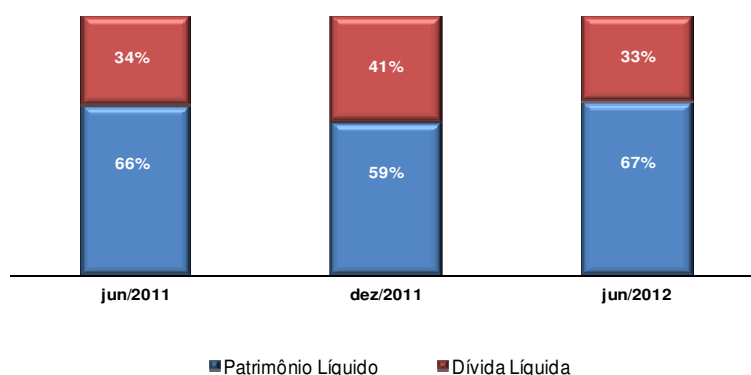
A Elektro encerrou o primeiro semestre de 2012 com endividamento líquido de R\$ 1.014,3 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 1.291,9 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 277,6 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 67% do total do endividamento sendo que a elevação do saldo da dívida de curto prazo de 5% para 33% em relação ao primeiro trimestre de 2012 refere-se, basicamente, à transferência de longo para curto prazo de empréstimo – linha 4131 (R\$ 366,4 milhões) com vencimento em abril de 2013.

Entre janeiro e junho de 2012, a empresa captou R\$ 62,6 milhões para financiar seu programa de investimentos, através de linhas de financiamento já existentes:

- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social): R\$ 44,0 milhões;;
- Eletrobrás: R\$ 16,1 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos e;
- FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos): R\$ 2,5 milhões para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

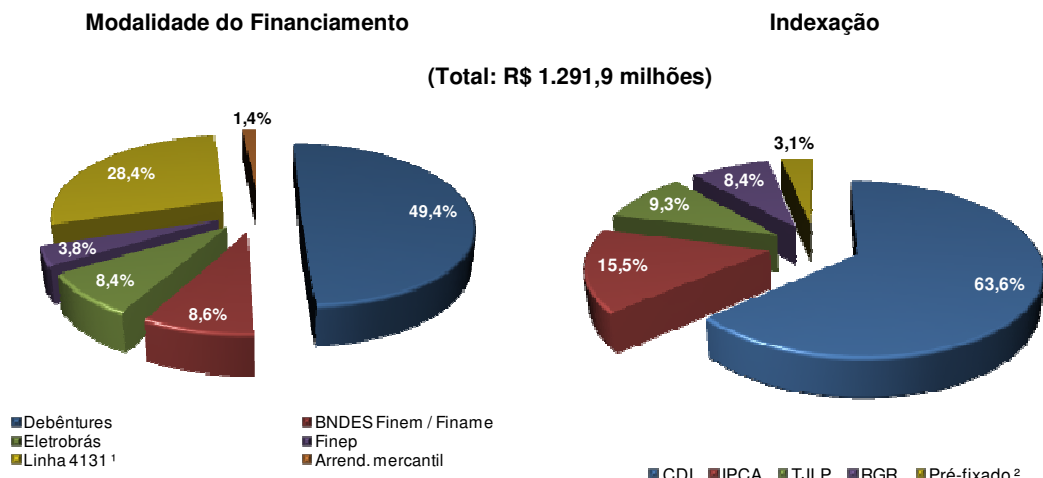
Estas captações estão em linha com a política da Companhia de obtenção de endividamento com taxas atrativas para financiamento de seus investimentos.

**Estrutura de Capital**  
(Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido))



A alteração da Estrutura de Capital no encerramento do semestre, comparativamente a dezembro de 2011 deve-se, principalmente, ao aumento do Patrimônio Líquido decorrente da reestruturação societária que incorporou o ágio da EPC na conta de Reserva de Capital da Companhia.

Em 30 de junho de 2012, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:



<sup>1</sup> Linha contratada em moeda estrangeira com juros pré-fixados e protegida por meio de Swap para CDI.

<sup>2</sup> Consideram recursos da FINEP sem indexação.

## 8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Em 23 de maio, a agência de classificação de riscos *Standard & Poor's* reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Elektro em brAAA, o melhor *rating* da escala de crédito. A 4ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de julho de 2010 e a 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, também são classificadas em brAAA.

## 9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

Atualmente, a Elektro possui três operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (Swap) que têm como objetivo mitigar 100% do risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira com início e vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento.

A Companhia também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano. Porém, essas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA).

As operações com instrumentos derivativos estão contabilizadas a valor de mercado (vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 40 das Informações Trimestrais).

## 10. FLUXO DE CAIXA

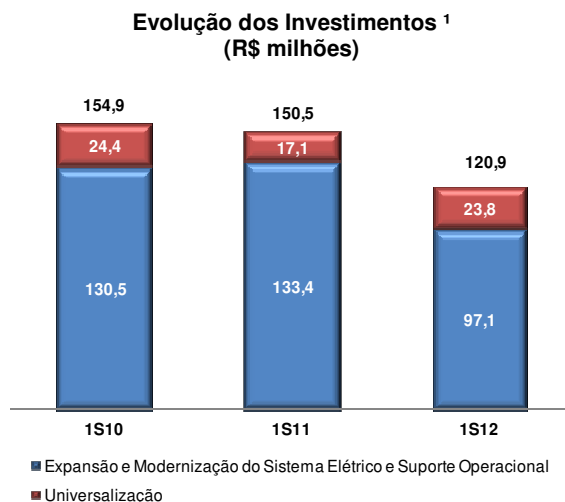
Fluxo de Caixa	Valores em R\$ milhões		△ R\$ milhões
	1S12	1S11	1S11 /1S12
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>221,6</b>	<b>266,5</b>	<b>(44,9)</b>
Depreciação e outras amortizações	71,7	78,3	(6,6)
Juros e variação monetária e cambial	59,1	59,5	(0,4)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	21,6	13,2	8,4
Tributos diferidos	(2,6)	13,2	(15,8)
Outros	37,5	31,6	5,9
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>	<b>187,3</b>	<b>195,9</b>	<b>(8,6)</b>
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>409,0</b>	<b>462,4</b>	<b>(53,4)</b>
Variação do Capital de Giro Operacional	(138,8)	(111,3)	(27,5)
<b>Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros</b>	<b>270,2</b>	<b>351,1</b>	<b>(80,9)</b>
Adições ao intangível	(122,1)	(155,4)	33,3
Outros	(26,6)	(13,9)	(12,7)
<b>Atividades de Investimento</b>	<b>(148,6)</b>	<b>(169,3)</b>	<b>20,7</b>
Amortização de principal de empréstimos	(15,0)	(324,5)	309,5
Captação de empréstimos e debêntures	62,6	375,0	(312,4)
Saldo de Caixa incorporado	18,2	-	18,2
<b>Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos</b>	<b>65,9</b>	<b>50,4</b>	<b>15,5</b>
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(195,6)	(55,1)	(140,5)
<b>Atividades de Financiamento após Pagamento de Dividendos</b>	<b>(129,7)</b>	<b>(4,6)</b>	<b>(125,1)</b>
<b>Geração (consumo) Líquido de Caixa</b>	<b>(8,2)</b>	<b>177,2</b>	<b>(185,4)</b>
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	285,5	223,4	62,1
<b>Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)</b>	<b>277,3</b>	<b>400,5</b>	<b>(123,2)</b>

Nos seis primeiros meses de 2012, o consumo líquido de caixa foi de R\$ 8,2 milhões, frente a uma geração líquida de caixa de R\$ 177,2 milhões no mesmo período de 2011. As principais justificativas foram:

- Menor geração operacional de caixa (R\$ 80,9 milhões), em virtude dos resultados do semestre (vide detalhe no item 6) associado ao maior recebimento em 2011 das parcelas do acordo entre as geradoras AES-Tietê e CESP com quitação dos débitos existentes (vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras).
- Menor geração de Caixa nas Atividades de Financiamento após o Pagamento de Dividendos, no montante de R\$ 125,1 milhões, principalmente devido à (i) postergação em 2011 do pagamento de Dividendos referentes ao resultado de 2010, pagos em agosto de 2011, parcialmente compensada pela (ii) incorporação do saldo de Caixa da EPC após reestruturação societária, (iii) captação de novas linhas de financiamento junto ao BNDES e Eletrobrás, associadas a (iv) menor amortização de principal, após pagamento antecipado dos financiamentos existentes junto ao BNDES, em fevereiro de 2011.
- Estes dois efeitos foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 20,7 milhões no consumo de caixa nas Atividades de Investimento, basicamente devido a investimentos não recorrentes realizados em 2011, referentes à implantação do Projeto de Leitura e Entrega Simultânea das contas de energia e atendimento às Resoluções 414/10 e 367/09 da Aneel.

## 11. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

No primeiro semestre de 2012, a Elektro investiu R\$ 124,8 milhões, dos quais R\$ 3,9 milhões correspondem a investimentos realizados com recursos de clientes.



<sup>1</sup> Exclui investimentos com recursos de clientes.

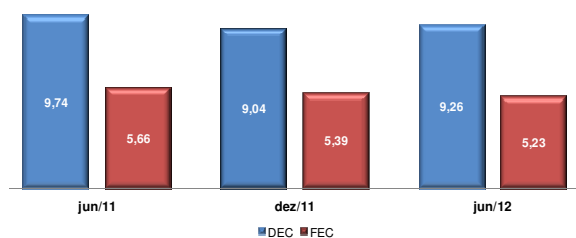
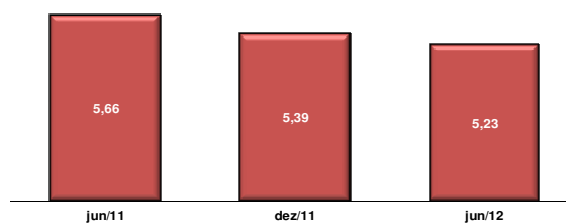
Os principais programas de investimentos foram:

- R\$ 97,1 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 34,1 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 8,8 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 45,7 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão e (iv) R\$ 8,5 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação e Infraestrutura.
- R\$ 23,8 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
  - R\$ 5,2 milhões referente a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizam o fornecimento de energia elétrica a 320 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos;
  - R\$ 18,7 milhões referente a Programas de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações a aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

A variação dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2012 em comparação com o mesmo período de 2010 e 2011 se deve, principalmente, a investimentos não recorrentes nos períodos anteriores, tais como investimentos relativos ao projeto Novas Tecnologias em 2010, e investimentos em tecnologia da informação, projeto de leitura, impressão e entrega simultânea de contas de energia e infraestrutura para atendimento à Resolução 414 (Aneel), que estabeleceu a abertura de novas agências de atendimento presencial em 2011.

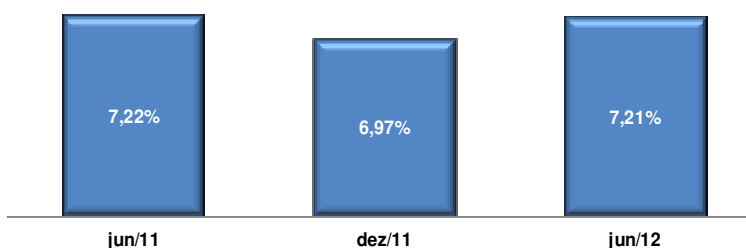
## 12. DESEMPENHO OPERACIONAL

Como resultado dos constantes investimentos realizados no sistema elétrico, principalmente a manutenção preventiva e a utilização de novas tecnologias, como digitalização e automação, os indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (FEC) de junho de 2012 apresentam resultados melhores do que os observados nos meses de junho e dezembro de 2011, com exceção da ligeira alta no indicador DEC em relação a dezembro de 2011, relativa ao fato de que este ano o outono apresentou os índices pluviométricos mais elevados dos últimos 23 anos.

**DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas) <sup>(1)</sup>****FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (interrupções) <sup>(1)</sup>**

Obs.: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL no Prodist (Procedimentos da Distribuição). Casos considerados, Os indicadores DEC e FEC de 30/06/2010 seriam 15,06 e 7,95, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 30/06/2011 seriam 13,89 e 6,94, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/12/2011 seriam 12,23 e 6,46, respectivamente e os indicadores DEC e FEC de 30/06/2012 seriam 10,76 e 5,86, respectivamente.

<sup>(1)</sup> Informações não revisadas pelos auditores independentes.

**Perdas de Energia <sup>(1)</sup>**

Obs.: 1 - O método de cálculo das perdas considerado é uma média móvel de 12 meses.  
2 - O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro.

<sup>(1)</sup> Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota: Devido ao prazo de apuração do índice de Perdas de junho de 2012 ser posterior à divulgação deste ITR, os dados apresentados são estimados.

Para junho de 2012, as perdas globais apresentaram elevação quando comparada a dezembro de 2012 e comportamento estável em relação ao mesmo período do ano anterior, registrando o índice de 7,21%, em função principalmente do menor crescimento do consumo de clientes conectados ao sistema elétrico em alta tensão, cujas perdas são sensivelmente mais baixas, comparativamente aos demais subgrupos conectados em baixa e média tensão.

**13. RECONHECIMENTO****Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País, Melhor Gestão Operacional e Avaliação pelo Cliente**

Em 04 de julho de 2012, a Elektro foi premiada pela sexta vez (2004, 2005, 2007, 2010, 2011 e 2012) como Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), entre as empresas com mais de 500 mil clientes. Além do prêmio Nacional e da região Sudeste, a Elektro também foi premiada nas seguintes categorias: Melhor Gestão Operacional (2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012) e Avaliação pelo Cliente (2007, 2012).

Trata-se do principal reconhecimento do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil. A avaliação da Gestão Operacional, na qual a empresa se destacou pela oitava vez, considera itens como continuidade do fornecimento, segurança (de colaboradores, parceiros e da população) qualidade do faturamento, inadimplência e perdas de energia. A Avaliação pelo Cliente, por sua vez, é apurada

através da Pesquisa Abradee de Satisfação do Cliente Residencial Urbano, realizada no mês de março de cada ano. A premiação da Melhor Distribuidora do País considera, além destes fatores, a Evolução do Desempenho, Gestão Econômico Financeira, Qualidade da Gestão e Responsabilidade Social.

### **XIII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente**

No dia 12 de abril de 2012 a Elektro conquistou o XIII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, concedido pela revista Consumidor Moderno, na categoria Energia Elétrica. O Prêmio reconhece as empresas que possuem a melhor estratégia de relacionamento com o cliente em todos os pontos de contato e que buscam a excelência como diferencial competitivo na prestação de seus serviços. Para ser premiada, a Elektro passou por uma minuciosa análise de suas estratégias e teve os seus canais de atendimento (*telefone, web, chat, e-mail*) avaliados. Esta é a 6ª vez que a Elektro conquista este importante reconhecimento.

### **Prêmio Nacional de Qualidade de Vida**

No dia 13 de março, a Elektro foi reconhecida no PNQV® - Prêmio Nacional de Qualidade de Vida ciclo 2011, da ABQV, Associação Brasileira de Qualidade de Vida. Isso demonstra as Boas Práticas e a Excelência na Gestão do Programa de Qualidade de Vida da Elektro, que vem obtendo êxito na melhoria do bem-estar e da saúde dos colaboradores.

Mais informações sobre a Elektro no site [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br)

#### **Relações com Investidores**

☎ (19) 2122-1487

✉ [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br)

**Balancos patrimoniais**  
**em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011**  
**(em milhares de reais)**

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>30/06/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Circulante</b>		<b>990.131</b>	<b>994.346</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	277.320	285.488
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	7	667.447	647.731
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(46.193)	(42.867)
Energia livre	9	-	299
TUSD-G	10	-	1.478
Tributos a compensar	11	20.882	53.592
Caução de fundos e depósitos vinculados	12	35.915	9.983
Almoxarifado		9.846	10.021
Outros créditos		24.914	28.621
<b>Não circulante</b>		<b>3.175.150</b>	<b>2.424.469</b>
Parcelamentos de débitos e supridores	7	38.659	40.785
TUSD-G	10	33.634	32.138
Tributos a compensar	11	69.654	26.919
Caução de fundos e depósitos vinculados	12	10.943	12.746
Depósitos judiciais	13	74.509	58.503
Tributos diferidos	37	889.299	157.302
Outros créditos		3.327	3.532
Ativo indenizável (concessão)	14.1	414.995	351.773
Propriedades para investimento	15	4.254	4.254
Imobilizado	16	17.387	20.492
Ativo Intangível	14.2	1.618.489	1.716.025
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.165.281</b>	<b>3.418.815</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Balancos patrimoniais**  
**em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011**

(em milhares de reais)

<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>Notas</b>	<b>30/06/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Circulante</b>		<b>965.160</b>	<b>698.790</b>
Fornecedores e supridores de energia elétrica	17	288.049	307.516
Empréstimos e financiamentos	18	391.701	30.553
Debêntures	19	30.393	27.378
Arrendamento mercantil	20	5.322	4.860
Tributos a recolher	21	121.689	123.745
Encargos do consumidor	22	36.565	35.042
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	7	60.893
Provisões e encargos sobre folha de pagamento	24	40.207	45.955
Energia livre	9	6.062	7.187
Obrigações P&D e eficiência energética	25	13.459	14.233
Plano especial de aposentadoria	26.2	902	2.031
Outros passivos		30.804	39.397
<b>Não circulante</b>		<b>1.091.104</b>	<b>1.351.381</b>
Empréstimos e financiamentos	18	244.107	556.062
Debêntures	19	607.645	602.356
Arrendamento mercantil	20	12.757	16.506
Obrigações P&D e eficiência energética	25	29.337	25.478
Plano especial de aposentadoria	26.2	9.774	11.469
Provisão para ações judiciais e regulatórias	27.1	185.811	137.864
Outros passivos		1.673	1.646
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>2.109.017</b>	<b>1.368.644</b>
Capital social		952.492	952.492
Reserva de capital		765.882	50.539
Pagamentos baseados em ações	29	4.300	3.072
Reservas de lucros		171.422	171.422
Outros resultados abrangentes		320	56.410
Lucros acumulados		214.601	-
Dividendos adicionais propostos	23	-	134.709
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>4.165.281</b>	<b>3.418.815</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Demonstração de resultados**  
**para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011**  
**(em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

	Notas	2º Trimestre 2012	1º Semestre 2012	2º Trimestre 2011	1º Semestre 2011
<b>Receitas operacionais líquidas</b>	30	<b>840.983</b>	<b>1.742.947</b>	<b>861.498</b>	<b>1.769.067</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica e operação</b>		<b>(603.595)</b>	<b>(1.164.795)</b>	<b>(538.886)</b>	<b>(1.080.864)</b>
Energia comprada para revenda	31	(488.417)	(930.458)	(412.936)	(835.932)
Gastos com pessoal	32	(40.753)	(85.445)	(51.306)	(93.145)
Gastos com materiais	33	(8.165)	(15.863)	(8.531)	(15.344)
Gastos com serviços de terceiros	34	(16.733)	(37.877)	(10.499)	(24.510)
Depreciação		(1.551)	(3.105)	(1.172)	(2.547)
Amortização de ativo intangível		(35.254)	(68.546)	(38.089)	(75.748)
Outras despesas operacionais líquidas	35	(13.188)	(24.400)	(16.763)	(34.533)
Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação		466	899	410	895
Custo de construção	14.3	(70.324)	(122.084)	(75.892)	(155.392)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>167.064</b>	<b>456.068</b>	<b>246.720</b>	<b>532.811</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(42.028)</b>	<b>(90.038)</b>	<b>(54.374)</b>	<b>(105.438)</b>
Despesas com vendas	32,33 e 34	(4.781)	(7.205)	(8.723)	(16.518)
Despesas gerais e administrativas	32,33 e 34	(13.093)	(27.697)	(18.202)	(35.533)
Outras despesas operacionais líquidas	35	(24.154)	(55.136)	(27.449)	(53.387)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>125.036</b>	<b>366.030</b>	<b>192.346</b>	<b>427.373</b>
Resultado financeiro	36	(17.374)	(29.159)	(6.773)	(22.209)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>107.662</b>	<b>336.871</b>	<b>185.573</b>	<b>405.164</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	37	(35.766)	(115.226)	(62.349)	(138.630)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>71.896</b>	<b>221.645</b>	<b>123.224</b>	<b>266.534</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em reais):</b>					
Preferencial		0,39	1,20	0,66	1,44
Ordinária		0,35	1,09	0,60	1,31

CNPJ 02.328.280/0001-97

**ELEKTRO**

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Demonstrações do resultado abrangente  
para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011  
(em milhares de reais)**

	Notas	2º Trimestre 2012	1º Semestre 2012	2º Trimestre 2011	1º Semestre 2011
<b>Lucro líquido do período</b>		71.896	221.645	123.224	266.534
<b>Outros resultados abrangentes do período</b>		<u>(5.611)</u>	<u>(63.134)</u>	<u>(2.477)</u>	<u>(481)</u>
Ganho (perda) na marcação a mercado do ativo indenizável ICPC01 - Contratos de concessão	14.1	(3.165)	(84.986)	2.026	9.557
Tributo diferido sobre a marcação a mercado	37	1.076	28.896	(689)	(3.249)
Efeito do limite do ativo de benefício definido	26.1	(5.337)	(10.673)	(5.777)	(10.285)
Tributo diferido sobre ajustes atuariais	37	1.815	3.629	1.963	3.496
<b>Resultado abrangente do período</b>		<u><u>66.285</u></u>	<u><u>158.511</u></u>	<u><u>120.747</u></u>	<u><u>266.053</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
para o semestre findo em 30 de junho de 2012 e exercício findo em 31 de dezembro de 2011  
(em milhares de reais)**

	Capital social	Reserva de capital	Pagamentos baseados em ações	Reservas de lucro/legal	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>952.492</b>	<b>50.539</b>	<b>4.333</b>	<b>146.800</b>	-	<b>168.037</b>	<b>45.866</b>	<b>1.368.067</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	492.436	-	-	492.436
Outros resultados abrangentes:								
Ganho na marcação a mercado do ativo indenizável, líquido	-	-	-	-	-	-	10.544	10.544
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(15.055)	(15.055)
Reclassificação requerida parágrafo 98 b do CPC 33	-	-	-	-	(15.055)	-	15.055	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(168.037)	-	(168.037)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	-	-	6.204	-	-	-	-	6.204
Reversão de pagamentos baseado em ações	-	-	(7.465)	-	7.465	-	-	-
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	24.622	(24.622)	-	-	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(253.883)	-	-	(253.883)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(134.709)	134.709	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(71.632)	-	-	(71.632)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>952.492</b>	<b>50.539</b>	<b>3.072</b>	<b>171.422</b>	-	<b>134.709</b>	<b>56.410</b>	<b>1.368.644</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	221.645	-	-	221.645
Outros resultados abrangentes:								
Perda na marcação a mercado do ativo indenizável, líquido	-	-	-	-	-	-	(56.090)	(56.090)
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(7.044)	(7.044)
Reclassificação requerida parágrafo 98 b do CPC 33	-	-	-	-	(7.044)	-	7.044	-
Ágio incorporado controladora (vide nota 3)	-	689.440	-	-	-	-	-	689.440
Reserva acervo líquido incorporado EPC (vide nota 3)	-	25.903	-	-	-	-	-	25.903
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	-	-	1.228	-	-	-	-	1.228
Destinação do lucro líquido:								
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	-	(134.709)	-	(134.709)
<b>Saldos em 30 de junho de 2012</b>	<b>952.492</b>	<b>765.882</b>	<b>4.300</b>	<b>171.422</b>	<b>214.601</b>	-	<b>320</b>	<b>2.109.017</b>

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011**  
**(em milhares de reais)**

	2º Trimestre 2012	1º Semestre 2012	2º Trimestre 2011	1º Semestre 2011
<b>Atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>71.896</b>	<b>221.645</b>	<b>123.224</b>	<b>266.534</b>
<b>Itens do lucro que não afetam caixa</b>	<b>92.000</b>	<b>187.352</b>	<b>89.019</b>	<b>195.874</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.829	21.033	9.508	15.415
Juros e variações monetárias e cambial	29.066	59.125	28.526	59.517
Depreciação e amortização	36.805	71.651	39.261	78.295
Perda na baixa de ativos imobilizado, intangíveis e financeiros indenizáveis	6.601	6.820	-	2.876
Plano de pensão	(5.337)	(10.673)	(5.777)	(10.285)
Plano especial de aposentadoria	556	1.884	4	7
Provisão para ações judiciais e regulatórias	12.614	21.632	5.409	13.223
Tributos diferidos	(9.018)	(2.592)	2.023	13.215
Obrigações P&D e eficiência energética	8.423	17.244	10.065	20.479
Pagamentos baseados em opções de ações	461	1.228	-	3.132
<b>Variações no ativo e passivo operacional</b>	<b>(20.715)</b>	<b>(138.801)</b>	<b>(38.290)</b>	<b>(111.332)</b>
Consumidores, parcelamento de débitos e fornecedores	28.475	(35.297)	15.239	(13.541)
Almoarifado - ativo circulante	418	175	431	495
Tributos a compensar	(5.133)	(9.635)	1.403	(3.838)
Ativos acordo TUSD-G	(25)	1.462	13.820	27.279
Outros créditos	12.273	17.168	5.733	4.641
Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrend. mercantil)	(23.165)	(53.418)	(4.945)	(38.055)
Fornecedores e fornecedores de energia elétrica e encargos do consumidor	(15)	(17.944)	(14.061)	(25.018)
Tributos a recolher	33.746	120.491	28.528	108.181
Imposto de renda e contribuição social pagos	(61.033)	(122.547)	(80.024)	(135.739)
Passivos acordo TUSD-G	-	-	(4.396)	(8.676)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	(1.243)	(2.669)	(623)	(1.003)
Plano especial de aposentadoria	(2.775)	(5.036)	(614)	(1.243)
Programa de P&D e eficiência energética	(8.342)	(15.805)	(11.143)	(22.003)
Outros passivos	6.104	(15.746)	12.362	(2.812)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>143.181</b>	<b>270.196</b>	<b>173.953</b>	<b>351.076</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(90.686)</b>	<b>(148.662)</b>	<b>(80.260)</b>	<b>(169.281)</b>
Adições ao intangível e ao ativo indenizável	(70.324)	(122.084)	(75.892)	(155.392)
Valor recebido (pago) na baixa do ativo intangível e ativo indenizável	(5.609)	(3.939)	4.601	6.140
Caução de fundos e depósitos vinculados	(14.753)	(22.639)	(8.969)	(20.029)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(109.447)</b>	<b>(129.702)</b>	<b>73.002</b>	<b>(4.627)</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(134.708)	(195.595)	-	(55.057)
Amortização de empréstimos e debêntures (principal)	(5.845)	(11.556)	(294.153)	(321.045)
Amortização de arrendamento mercantil (principal)	(1.729)	(3.427)	(1.040)	(3.488)
Captação de empréstimos	14.600	62.641	368.195	374.963
Saldo de caixa incorporado	18.235	18.235	-	-
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(56.952)</b>	<b>(8.168)</b>	<b>166.695</b>	<b>177.168</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	334.272	285.488	233.830	223.357
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	277.320	277.320	400.525	400.525
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(56.952)</b>	<b>(8.168)</b>	<b>166.695</b>	<b>177.168</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Demonstração do valor adicionado  
para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011  
(em milhares de reais)**

	<b>Notas</b>	<b>2º Trimestre 2012</b>	<b>1º Semestre 2012</b>	<b>2º Trimestre 2011</b>	<b>1º Semestre 2011</b>
<b>Receitas</b>		<b>1.304.877</b>	<b>2.666.433</b>	<b>1.282.685</b>	<b>2.633.529</b>
Vendas de energia e serviços	30	1.242.808	2.558.141	1.213.653	2.488.495
Receita de construção	30	70.324	122.084	75.892	155.392
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	35	(9.430)	(16.075)	(7.611)	(11.991)
Outras receitas		1.175	2.283	751	1.633
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(676.331)</b>	<b>(1.292.277)</b>	<b>(610.045)</b>	<b>(1.236.691)</b>
Energia comprada bruta	31	(537.998)	(1.025.096)	(455.023)	(921.135)
Materiais	33	(8.313)	(16.242)	(9.696)	(17.182)
Serviço de terceiros	34	(25.906)	(53.826)	(26.661)	(54.386)
Custo de construção		(70.324)	(122.084)	(75.892)	(155.392)
Outros custos operacionais		(33.790)	(75.029)	(42.773)	(88.596)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>628.546</b>	<b>1.374.156</b>	<b>672.640</b>	<b>1.396.838</b>
Depreciação e amortização		(36.805)	(71.651)	(39.261)	(78.295)
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>591.741</b>	<b>1.302.505</b>	<b>633.379</b>	<b>1.318.543</b>
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	36	18.926	45.540	27.671	57.279
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>610.667</b>	<b>1.348.045</b>	<b>661.050</b>	<b>1.375.822</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>610.667</b>	<b>1.348.045</b>	<b>661.050</b>	<b>1.375.822</b>
Pessoal		41.626	87.610	52.840	96.864
Impostos, taxas e contribuições		349.083	740.929	358.629	740.021
Federais		126.323	289.284	145.196	307.684
Estaduais		222.706	451.504	213.372	432.203
Municipais		54	141	61	134
Encargos do consumidor e outros		111.786	223.509	92.056	193.150
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais		36.276	74.352	34.301	79.253
Lucros retidos		71.896	221.645	123.224	266.534

**ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2012**  
**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

### **1. A SOCIEDADE, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO**

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como “Elektro” ou “Sociedade”, cuja sede localiza-se à Rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, Estado de São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 27 de agosto de 1998, foi celebrado o Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, entre a União (Poder Concedente, por intermédio da ANEEL) e a Elektro, regulando a exploração do serviço público de energia elétrica, na área de concessão compreendidas por 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul. Este contrato possui cinco aditivos posteriores, sendo que o último foi assinado em 16 de agosto de 2011.

O contrato de concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, por requerimento da concessionária e a critério exclusivo da ANEEL, por prazo adicional de, no máximo, 30 anos.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

### **2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas Informações Trimestrais estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 Demonstração Intermediária.

A emissão dessas Informações Trimestrais foi autorizada pela Administração em 16 de julho de 2012.

A Sociedade adotou no preparo das Informações Trimestrais todas as normas, revisões de normas, pronunciamentos técnicos, interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pela CVM e CPC, os quais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011, portanto, essas Informações Trimestrais devem ser analisadas em conjunto com aquelas Demonstrações. As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012 também foram analisados e não trouxeram impactos. Outras normas e procedimentos emitidos e revisados que tem aplicação obrigatória futura serão analisados oportunamente.

### **3. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA**

Em 13 de abril de 2012, a Iberdrola Energia do Brasil Ltda., então controladora da Elektro, submeteu à autorização prévia da ANEEL o pedido para reestruturação societária envolvendo a Elektro e suas controladoras EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. (EPC) e a própria Iberdrola Energia do Brasil Ltda.

Em reunião do Conselho de Administração da Elektro, realizada em 14 de maio de 2012, foi aprovado que o processo de reestruturação fosse submetido à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas.

Em reunião de Diretoria realizada em 22 de maio de 2012, a ANEEL concedeu anuência através da Resolução Autorizativa nº 3500/12, à transferência do controle societário da Elektro detido por EPC e Iberdrola Energia do Brasil Ltda. para Iberdrola Brasil S.A., mediante as operações em atos contínuos: (i) incorporação reversa da EPC pela Elektro; e (ii) cisão parcial da Iberdrola Energia do Brasil Ltda., com versão para a Elektro do acervo líquido cindido.

As operações acima foram aprovadas pelos acionistas em 30 de maio de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária.

Esta reestruturação fez parte de uma reestruturação societária do Grupo Iberdrola, para permitir a segregação dos diferentes ramos de atividades desenvolvidas pelas sociedades que o compõem, em linha com as diretrizes de governança corporativa que vêm sendo adotadas pelo grupo econômico ao redor do mundo e também teve como objetivo simplificar a estrutura societária, já que, após sua implementação, as ações da Elektro detidas indiretamente pelo acionista controlador passaram a ser de titularidade de uma única sociedade holding, a Iberdrola Brasil S.A..

#### Composição acionária antes da reestruturação:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Energia do Brasil Ltda.	1.523	66.744.382	66.745.905	34,45%
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	91.854.302	34.535.214	126.389.516	65,23%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
<b>Total</b>	<b>91.880.972</b>	<b>101.878.293</b>	<b>193.759.265</b>	<b>100,00%</b>

#### Composição acionária após a reestruturação:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421	99,68%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
<b>Total</b>	<b>91.880.972</b>	<b>101.878.293</b>	<b>193.759.265</b>	<b>100,00%</b>

#### Incorporação Reversa da EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.

O laudo de avaliação do acervo líquido da EPC que foi incorporado pela Elektro, foi elaborado a valor contábil em conformidade com o disposto no art. 227 da Lei das S.A. e práticas contábeis adotadas no Brasil. Foi preparado por empresa de avaliação independente com base no balanço da EPC de 30 de abril de 2012. O valor do acervo líquido avaliado no montante de R\$ 1.063.447, está detalhado abaixo:

Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido	
Ativo circulante	<b>18.615</b>	Passivo circulante	<b>9</b>
Caixa e equivalentes de caixa	18.235	Outros passivos	9
Tributos a compensar	380		
Ativo não circulante	<b>1.073.825</b>	Passivo não circulante	<b>28.984</b>
Tributos diferidos	7.442	Provisões para riscos fiscais	28.984
Depósitos judiciais	28.823		
Investimentos <sup>(1)</sup>	1.037.545	Acervo líquido incorporado	<b>1.063.447</b>
Intangível	15		
<b>Total do ativo</b>	<b>1.092.440</b>	<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.092.440</b>

(1) Montante referente ao Investimento que a EPC detinha na Elektro, o qual foi eliminado no momento da incorporação.

A incorporação da EPC pela Elektro não acarretou aumento de capital na Incorporada, nos termos do artigo 226, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A., sendo o valor excedente do investimento da EPC na Elektro contabilizado na conta de reserva de capital da Elektro.

Ver detalhes sobre as rubricas incorporadas de "Depósitos judiciais" e "Provisões para riscos fiscais" nas notas 13 e 26.2.

**Cisão Parcial da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. e versão do acervo líquido cindido para Elektro**

O acervo líquido cindido da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. incorporado pela Elektro foi avaliado por empresa de avaliação independente com base em seu valor contábil, calculado sobre o balanço patrimonial da Iberdrola do Brasil, datado de 30 de abril de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O valor do acervo líquido cindido da Iberdrola Energia do Brasil incorporado na Elektro foi avaliado no montante de R\$ 2.219.895, composto por (i) totalidade do investimento devido no capital social da Elektro, e (ii) parcela referente ao ágio registrado na Iberdrola Energia do Brasil gerado na aquisição da Elektro e EPC líquidos da provisão de manutenção de integridade do patrimônio líquido (correspondente a 66% do valor do ágio), conforme estipulado pelo art. 6º da Instrução CVM 319/99 e CVM 349/01. A incorporação do acervo líquido cindido não acarretou aumento de capital, nos termos do artigo 226, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A. O acervo líquido incorporado está detalhado abaixo:

<b>Ativo</b>	
<b>Ativo não circulante</b>	<b>2.219.895</b>
Investimentos <sup>(2)</sup>	1.530.455
Ágio líquido Elektro e EPC	689.440
<b>Acervo líquido incorporado</b>	<b>2.219.895</b>

(2) Montante referente ao Investimento que a Iberdrola Energia do Brasil Ltda. detinha na Elektro e EPC, o qual foi eliminado no momento da incorporação.

O benefício fiscal oriundo do ágio foi registrado na conta de Tributos diferidos em contrapartida a conta de reserva de capital constante do patrimônio líquido da Elektro ainda de acordo com a Instrução CVM 319/99 e CVM 349/01. Tal benefício será amortizado linearmente até o final da concessão (agosto de 2028) de acordo com a anuência da ANEEL, concedida através da Resolução Autorizativa Nº 3.500 de 22 de maio de 2012.

O benefício fiscal proveniente do ágio registrado está baseado na expectativa de rentabilidade futura e foi fundamentado em laudo de avaliação de empresa especializada, a qual utilizou o critério do fluxo de caixa descontado.

**4. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA**

Segundo o Contrato de Concessão, a Elektro deve passar por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos. A terceira Revisão Tarifária da Elektro estava prevista para 27 de agosto de 2011.

Em 8 de setembro de 2010, a ANEEL deu início à Audiência Pública 040/2010, com o objetivo de receber contribuições, cujo prazo encerrou-se em 10 de janeiro de 2011, para aprimoramento das seguintes metodologias referentes à Revisão Tarifária Periódica para o ciclo 2011-2014, também definido como 3º Ciclo de Revisão Tarifária: Custos operacionais; Perdas Não Técnicas de Energia; Base de Remuneração Regulatória (BRR); Custo de Capital – WACC; Fator X; Outras Receitas e Receitas Irrecuperáveis.

Como a ANEEL não concluiu o aprimoramento da metodologia para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, foi publicada a Resolução Normativa nº 433, de 15 de abril de 2011, que estabeleceu a prorrogação provisória das tarifas de energia até a conclusão da metodologia definitiva a ser aplicada para o 3º ciclo. Em 23 de agosto de 2011, através da Resolução Homologatória nº 1.196, a ANEEL decidiu prorrogar a vigência das tarifas da Elektro previstas na Resolução Homologatória nº 1.049/10, até o processamento em definitivo da Revisão Tarifária da Elektro.

A Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011, estabelece que os efeitos resultantes da Revisão Tarifária, serão aplicados às tarifas a partir da data do próximo reajuste tarifário, em 27 de agosto de 2012 para a Elektro, incluindo seus efeitos retroativos à data original da revisão, isto é, 27 de agosto de 2011.

A metodologia definitiva para o 3º ciclo de revisões tarifárias foi publicada em 11 de novembro de 2011, a qual definiu um WACC de 7,50% (depois de impostos). Também foi aprovada a metodologia para alteração da estrutura tarifária (Audiência Pública nº 120/2010).

Em 10 de maio de 2012, foi aberta a Audiência Pública nº 031/2012 que visava o aprimoramento da revisão tarifária da Elektro para o 3º ciclo. Nesta Audiência a ANEEL divulgou o número preliminar de ajuste das tarifas de -2,53%, sendo o efeito médio para o consumidor de -6,20%.

A prorrogação da Revisão Tarifária com a manutenção das tarifas da Elektro resultou em um efeito positivo estimado de R\$ 150.125 na Receita Operacional Bruta do primeiro semestre de 2012. Tão logo sejam definidos e divulgados os resultados definitivos do 3º Ciclo de Revisão Tarifária pela ANEEL, a Sociedade poderá confirmar o impacto efetivo no resultado.

## 5. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Vide as principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na nota explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2012	31/12/2011
Conta corrente	7.224	13.915
Total aplicações financeiras	270.096	271.573
CDB	159.216	178.581
Debêntures Compromissadas	110.848	92.992
LFT	32	-
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>277.320</u>	<u>285.488</u>

A Sociedade apresenta abaixo os vencimentos das suas aplicações financeiras:

Ano	30/06/2012	31/12/2011
Vencimento		
2012	9.306	123.704
2013	167.222	147.869
2014	93.568	-
Total	<u>270.096</u>	<u>271.573</u>

A Elektro possui uma política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Sociedade. Nesta política é definido o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Rating) como critério para aplicação de recursos. São definidos, ainda, limites máximos de exposição com cada instituição. Os produtos bancários utilizados são vinculados a títulos de renda fixa, com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Esses títulos são, principalmente, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e debêntures com compromisso de recompra atrelado ao CDI.

Em 30 de junho de 2012, as aplicações estavam indexadas à variação média de aproximadamente 100,85% das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Sociedade, independentemente do ano de vencimento dos títulos, e sem riscos significativos de mudança de valor (vide nota 40 – Instrumentos Financeiros).

**7. CONTAS A RECEBER – CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES**

	30/06/2012			31/12/2011				
	A Vencer	Vencidos		Total	A Vencer	Vencidos		
		até 90 dias	(+) 90 dias			até 90 dias	(+) 90 dias	Total
Fornecimento	204.133	138.221	25.867	368.221	193.188	105.674	19.542	318.404
Residencial	89.855	90.785	10.229	190.869	86.902	71.918	7.899	166.719
Industrial	36.891	16.411	10.437	63.739	32.142	10.475	7.140	49.757
Comercial	33.487	20.668	3.445	57.600	31.676	16.290	2.757	50.723
Rural	9.121	6.338	954	16.413	9.836	5.557	895	16.288
Poder público	12.073	1.709	81	13.863	10.912	775	98	11.785
Iluminação pública	12.073	1.581	671	14.325	11.203	479	697	12.379
Serviço público	10.633	729	50	11.412	10.517	180	56	10.753
Outras contas a receber	318.055	5.176	14.654	337.885	353.836	4.048	12.228	370.112
Parcelamentos de débitos	42.007	5.176	14.654	61.837	49.493	4.048	12.228	65.769
Receita não faturada	249.323	-	-	249.323	273.446	-	-	273.446
Supridores	33.245	-	-	33.245	25.324	-	-	25.324
Alíquota Efetiva	(10.482)	-	-	(10.482)	(1.674)	-	-	(1.674)
Outros	3.962	-	-	3.962	7.247	-	-	7.247
<b>Total</b>	<b>522.188</b>	<b>143.397</b>	<b>40.521</b>	<b>706.106</b>	<b>547.024</b>	<b>109.722</b>	<b>31.770</b>	<b>688.516</b>
Circulante	483.529	143.397	40.521	667.447	506.239	109.722	31.770	647.731
Não circulante	38.659	-	-	38.659	40.785	-	-	40.785

Em 30 de junho de 2012, do montante de R\$ 33.245 classificado como Supridores (R\$ 25.324 em 31 de dezembro de 2011) registrados no ativo não circulante, R\$ 20.057 referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, e contemplam: (i) R\$ 16.048 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Sociedade não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

O período médio para recebimento pelos serviços é de 46 dias. A Administração da Sociedade constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores considerados irrecuperáveis, baseada em experiência de inadimplência e da análise financeira de cada devedor.

Sobre as faturas atrasadas incidem juros de 1% ao mês, além de multa de 2%.

A política de cobrança é considerada bastante eficaz pela Administração da Sociedade atrelada ao fato do fornecimento de energia elétrica ser essencial para 100% de seus clientes. Ademais, não há concentração de faturamento a um número reduzido de clientes.

**8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte composição e movimentação por classe:

	31/12/2011	Adições	Recuperação da Receita	Baixas	30/06/2012
Residencial	8.833	15.049	-	(12.743)	11.139
Industrial	1.856	1.576	(63)	(1.280)	2.089
Comercial	1.851	3.173	-	(2.546)	2.478
Rural	400	1.255	-	(1.001)	654
Poder público (federal, estadual e municipal)	1.085	96	(24)	(58)	1.099
Iluminação pública	3.009	1.250	(1.744)	(79)	2.436
Parcelamentos de prefeituras	19.686	450	(89)	-	20.047
Parcelamento privado	6.147	124	(20)	-	6.251
<b>Total</b>	<b>42.867</b>	<b>22.973</b>	<b>(1.940)</b>	<b>(17.707)</b>	<b>46.193</b>

**9. ENERGIA LIVRE**

Em dezembro de 2001, foi celebrado o Acordo Geral do Setor Elétrico, que instituiu a Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), como mecanismo para recomposição das perdas de receita de distribuidores e geradores de energia elétrica decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, ocorridas entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002.

Conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 01, de 12 de janeiro de 2004, em novembro de 2006 encerraram-se os faturamentos de RTE, os quais compreendiam valores destinados à amortização da recuperação da perda de receita dos distribuidores e da energia livre a ser repassada aos geradores.

Existiam, entretanto, valores pendentes de faturamento para consumidores de 26 municípios da região de Presidente Prudente, em função de liminar obtida em ação judicial contra referida recomposição tarifária movida por consumidores daquela região. Em 29 de fevereiro de 2008, essa liminar foi cassada, permitindo a cobrança pela Elektro dos valores da RTE naqueles municípios.

Tendo em vista que essa liminar vigorava desde abril de 2002, e que a cobrança da RTE no restante da área de concessão já havia cessado em novembro de 2006, a ANEEL decidiu, por meio da Resolução Homologatória nº 701, de 26 de agosto de 2008, pela cobrança do montante em 52 meses, aplicando os adicionais tarifários previstos na Lei nº 10.438/02 naqueles 26 municípios, a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008. Em decorrência desta regulamentação, a Elektro reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a atualização monetária do ativo em questão e do respectivo passivo de energia livre.

O valor registrado na conta do ativo circulante em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 299, o qual foi amortizado no primeiro trimestre de 2012. O valor correspondente ao passivo de energia livre em 30 de junho de 2012, é de R\$ 6.062 classificados no passivo circulante (R\$ 7.187 em 31 de dezembro de 2011).

O valor que está sendo cobrado dos clientes após a amortização do ativo, será devolvido aos consumidores via modicidade tarifária, mediante homologação da ANEEL.

## 10. TARIFA DO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO PARA UNIDADES GERADORAS – TUSD-G

Ver histórico na mesma nota das Demonstrações Financeiras de 2011.

Em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 os saldos no balanço patrimonial referentes a TUSD-G são:

Ativo	Nota	31/12/2011	Correção	Recebimento	30/06/2012
AES - Nova Avanhandava - ref. jul/04 a mai/08		14	(11)	(3)	-
CESP - Jupiá/Paraibuna - ref. jul/04 a dez/08		18	(15)	(3)	-
Duke - Rosana - ref. jul/04 a jun/09	(a)	33.584	1.506	(1.456)	33.634
Total Ativo		<u>33.616</u>	<u>1.480</u>	<u>(1.462)</u>	<u>33.634</u>
Circulante		1.478			-
Não circulante		<u>32.138</u>			<u>33.634</u>

(a) Valores a receber da geradora Duke Energy, conforme decisão Judicial que reconheceu como assinado o CUSD (Contrato de Uso do Sistema de Distribuição), entre a Elektro e esta geradora. Esse valor foi depositado em juízo pela Duke e está atualizado por Selic.

## 11. TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/06/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	20.294	16.457
Impostos e contribuições retidos na fonte	240	216
ICMS a recuperar	69.985	59.496
PIS e COFINS a recuperar	17	4.342
Total	<u>90.536</u>	<u>80.511</u>
Ativo circulante	20.882	53.592
Ativo não circulante	<u>69.654</u>	<u>26.919</u>

Os saldos de ICMS, PIS e COFINS a recuperar referem-se, a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses de acordo com a legislação específica desses tributos.

**12. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS**

Em 30 de junho de 2012, as aplicações caucionadas estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), incluindo CDBs, debêntures compromissadas, fundos de investimento e outros instrumentos, indexados à variação média de 99,89% das taxas diárias do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Esses instrumentos apresentam liquidez diária, não estão sujeitos a risco significativo de perda de valor, e estão caucionados conforme quadro abaixo:

	30/06/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Eletrobras (Luz para Todos) (i)	300	-	289	-
Garantia - Leilão Compra de Energia Elétrica (ii)	32.226	10.943	6.472	12.746
Fundo Educacional (iii)	3.389	-	3.222	-
<b>Total</b>	<b>35.915</b>	<b>10.943</b>	<b>9.983</b>	<b>12.746</b>

- (i) Eletrobras – Montante do contrato de financiamento relativo ao Programa Luz para Todos. O valor é liberado para a Elektro após comprovações dos investimentos efetuados segundo as normas do referido programa.
- (ii) Garantia – Leilão de Compra de Energia Elétrica – Montante caucionado em garantia para atendimento dos requisitos vigentes na compra de energia em Leilões no curto e longo prazo.
- (iii) Fundo Educacional – Valor mantido em garantia para programas de treinamento e desenvolvimento conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

**13. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Em 30 de junho de 2012 o montante atualizado dos depósitos judiciais era de R\$ 74.509 (R\$ 58.503 em 31 de dezembro de 2011). Parte deste montante (R\$ 31.255 em 30 de junho de 2012 e R\$ 46.923 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao valor atualizado do depósito judicial de R\$ 24.906, efetuado em 29 de outubro de 2004, em virtude da ação que questiona o recolhimento da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Em 02 de maio de 2011, a referida ação transitou em julgado em favor da Companhia, motivo pelo qual fora requerido ao Juízo o levantamento do montante integral depositado. Ao apreciar a petição o Juiz determinou a manifestação da Fazenda Pública, que se manifestou alegando que o depósito judicial efetuado nos autos não teria abrangido o montante integral do débito. Com isso, a Fazenda concordou apenas com o levantamento parcial no montante de R\$ 16.680, restando, portanto a quantia depositada de R\$ 31.255 junho de 2012. Em relação ao montante depositado, a Elektro se manifestou contrária à decisão do Juiz, para rebater as alegações do Fisco. Os autos encontram-se em poder do contador judicial, para que dê seu parecer acerca do levantamento ou não da quantia remanescente.

Com a incorporação da empresa EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. pela Elektro, evento ocorrido em 30 de maio de 2012 (vide nota 3), os direitos e as obrigações da empresa EPC passaram a ser de responsabilidade exclusiva da Elektro. O valor incorporado referente a depósitos judiciais da EPC totaliza R\$ 29.140 e refere-se a dois processos descritos nas notas de contingências. Esses depósitos são suficientes para garantia integral das provisões incorporadas (vide nota 27.1).

Os demais depósitos judiciais no montante de R\$ 14.114, em 30 de junho de 2012, (R\$ 11.580 em 31 de dezembro de 2011) referem-se, (i) R\$ 9.786 a processos Trabalhistas, (ii) R\$ 3.627 a processos Cíveis e (iii) R\$ 701 a processos Tributários.

## **14. CONTRATOS DE CONCESSÃO**

### **14.1. Ativo Indenizável (Concessão)**

No uso de seu julgamento, a Administração entende, para fins de estimativa do ativo financeiro, que o valor de indenização a ser pago pelo poder concedente ao término do contrato de concessão levará em consideração a metodologia de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR), através do valor novo de reposição. Esta metodologia já é adotada pelo regulador para fins de determinação das tarifas nas revisões tarifárias periódicas e da consequente remuneração do acionista. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão está determinado pelo valor residual da BRR ao final da concessão. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi utilizado a valor residual da BRR do 2º Ciclo de Revisão Tarifária (julho de 2007, que foi a data estipulada pelo órgão regulador para definir a BRR), devidamente movimentada por adições, baixas e depreciações até a data da adoção inicial da norma (1º de janeiro de 2009).

Em 5 de março de 2012, a Elektro recebeu, através do Ofício nº 209/2012 – SFF/ANEEL o posicionamento acerca dos valores a serem considerados na BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, a ser aplicado, no caso da Elektro, em agosto de 2012, com efeitos retroativos a agosto de 2011. Desta maneira, recalculou-se o valor justo do ativo financeiro a ser recebido ao final da concessão do poder concedente com base na nova BRR, (em fevereiro de 2011, que foi a data de corte estipulada pelo órgão regulador para definir a BRR), devidamente movimentada por adições, baixas e depreciações até 31 de março de 2012, apurando ajuste de R\$ 81.887 reduzindo o ativo financeiro anteriormente contabilizado. Assim que a Base de Remuneração do 3º Ciclo de Revisão Tarifária for definitivamente homologada, novos ajustes ao ativo financeiro poderão ser registrados.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, este ativo financeiro é classificado como um ativo disponível para venda, tendo suas alterações no valor justo registradas contra Outros Resultados Abrangentes. A Administração entende que a classificação deste ativo financeiro como disponível para venda é a mais adequada, uma vez que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. Essa categoria também é mais apropriada por ser uma categoria residual pela própria definição do Pronunciamento Técnico CPC – 38, já que o comportamento da BRR não pode ser determinado precisamente para atualização, com base no método da taxa efetiva de juros por meio do resultado.

O valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M desde fevereiro de 2011 (data base da última BRR), por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo próprio regulador nos processos de reajuste tarifário.

As obrigações especiais representam recursos pagos por terceiros à Sociedade para cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. Também referem-se a doações e subvenções não vinculadas a qualquer retorno em favor dos repassadores desses recursos, que são destinadas a investimentos no serviço público de distribuição de energia elétrica. O saldo remanescente ao final da concessão deve ser compensado com o valor da indenização a receber, sendo reportado como redutor do ativo financeiro. Como base para determinação do valor justo do ativo financeiro, a Elektro utiliza a BRR, deduzindo-se o valor reavaliado das obrigações. A parcela das obrigações especiais amortizada no período da concessão é classificada como redutora do ativo intangível. A amortização é realizada pela taxa média da conta de máquinas e equipamentos de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Desta forma, a ICPC 11 – Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes não é aplicável à Elektro.

A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

	<b>Custo</b>	<b>Obrigações especiais</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>234.165</b>	<b>(20.401)</b>	<b>69.494</b>	<b>283.259</b>
Transferências de ativo intangível	54.707	514	-	55.221
Adições	-	(2.330)	-	(2.330)
Ajustes ao valor justo (ajuste de avaliação patrimonial)	-	-	15.976	15.976
Baixas	(353)	-	-	(353)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>288.519</b>	<b>(22.217)</b>	<b>85.470</b>	<b>351.773</b>
Transferências de ativo intangível	56.640	-	-	56.640
Efeito na mudança da taxa de depreciação	141.078	(49.455)	-	91.623
Adições	-	(50)	-	(50)
Ajustes ao valor justo (ajuste de avaliação patrimonial)	-	-	(3.199)	(3.199)
Atualização pela BRR 3º ciclo	-	-	(81.787)	(81.787)
Baixas	(5)	-	-	(5)
<b>Saldo em 30 de junho de 2012</b>	<b>486.232</b>	<b>(71.722)</b>	<b>484</b>	<b>414.995</b>

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, no valor de 9,95% ao ano (15,08% antes dos impostos) na última revisão tarifária, em agosto de 2007. Esta receita já está contemplada no faturamento mensal da Sociedade, via tarifas cobradas do consumidor (vide nota 30). Por este mecanismo de atualização, o ativo financeiro já se encontra a valor presente, não requerendo nenhum ajuste adicional previsto no Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.

A concessão operada pela Sociedade não é onerosa, não havendo obrigações financeiras com o Poder Concedente que devam ser provisionadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

#### 14.2. Ativo Intangível

O direito de cobrar os consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados, deduzido da amortização acumulada. De acordo com o CPC 04 – Ativo Intangível, a amortização é apropriada de forma sistemática ao longo da vida útil estimada do direito contratual. O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela Sociedade dos benefícios econômicos futuros: a Administração entende que a vida útil definida pela ANEEL, anteriormente utilizada para depreciação do ativo imobilizado, reflete mais adequadamente o padrão de consumo deste ativo intangível, sempre limitando ao prazo da concessão (vida útil ou concessão, dos dois o menor).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição. Com as novas taxas, houve acréscimo de aproximadamente 4 anos na vida útil econômica média dos ativos que passou de 22 anos para 26 anos. Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o conseqüente aumento da parcela residual da infraestrutura que espera-se receber como indenização ao final do período da Concessão, que impactou em uma redistribuição de valores entre ativos financeiro e intangível.

Essa remensuração resultou, no período findo em 30 de junho de 2012, na reclassificação de R\$ 91.623 do ativo intangível para o ativo financeiro decorrente da remensuração do saldo anterior da infraestrutura utilizado as novas vidas úteis. Adicionalmente, houve a redução de R\$ 56.640 referente às transferências do 1º semestre de 2012, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do ICPC 01/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A Sociedade adota a prática contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, refletindo o requerimento de capitalização de custos de empréstimos atribuíveis à aquisição ou construção de ativo qualificável. O cálculo é definido pela aplicação da taxa média ponderada dos custos de empréstimos, sobre os gastos do ativo intangível em fase de formação.

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

	Em Serviço				Em Formação			Total
	Custo	Obrigações especiais	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>2.111.506</b>	<b>(361.154)</b>	<b>(262.794)</b>	<b>1.487.558</b>	<b>204.572</b>	<b>-</b>	<b>204.572</b>	<b>1.692.130</b>
Adições	72	(10.678)	-	(10.606)	329.205	(8.423)	320.782	310.176
Baixas	(441.592)	-	364.028	(77.564)	-	-	-	(77.564)
Amortização	-	-	(153.496)	(153.496)	-	-	-	(153.496)
Transferências <sup>(1)</sup>	189.056	(254)	(260)	188.542	(243.763)	-	(243.763)	(55.221)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.859.042</b>	<b>(372.086)</b>	<b>(52.522)</b>	<b>1.434.434</b>	<b>290.014</b>	<b>(8.423)</b>	<b>281.591</b>	<b>1.716.025</b>
Adições	-	(345)	-	(345)	140.526	(18.047)	122.479	122.134
Baixas	(3.197)	-	336	(2.861)	-	-	-	(2.861)
Amortização	-	-	(68.546)	(68.546)	-	-	-	(68.546)
Transferências <sup>(2)</sup>	118.010	1.669	(195)	119.484	(174.650)	(1.474)	(176.124)	(56.640)
Mudança na taxa de depreciação	(141.078)	49.455	-	(91.623)	-	-	-	(91.623)
<b>Saldo em 30 de junho de 2012</b>	<b>1.832.777</b>	<b>(321.307)</b>	<b>(120.927)</b>	<b>1.390.543</b>	<b>255.890</b>	<b>(27.944)</b>	<b>227.946</b>	<b>1.618.489</b>

(1) Transferências para ativo financeiro - Indenizável no montante de R\$ 55.221

(2) Transferências para ativo financeiro - indenizável no montante de R\$ 56.640

### 14.3. Receita e Custo de Construção

A ICPC 01 também estabelece que o concessionário registre e mensure a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. Em atendimento ao CPC 17, a Sociedade contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação “custo mais margem” (cost plus), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, no negócio de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Sociedade é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

Mensalmente, os gastos com novas instalações são registrados como custos de construção, líquidos dos recursos provenientes de obrigações especiais. A receita de construção é apurada e registrada em contrapartida ao ativo intangível em formação (ver valor da receita na nota 30).

## 15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Do montante de R\$ 4.254 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2011), registrado como terrenos, R\$ 4.240 referem-se a propriedades rurais mantidas pela Sociedade para provável uso futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens.

O valor justo destas propriedades, de acordo com avaliação de empresa terceirizada especializada, efetuada em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 8.344. Este valor foi apurado considerando os métodos de avaliação determinados pela Norma Brasileira NBR 14.653-2, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que prevê comparações de dados do mercado para determinação do valor do terreno e o método do custo de reprodução para as benfeitorias.

## 16. IMOBILIZADO

Conforme descrito na nota 14, todos os bens anteriormente reportados como ativo imobilizado, exceto os contratos de arrendamento mercantil (leasings), foram considerados como bens vinculados à concessão e, portanto, reclassificados para ativo intangível e financeiro.

Deste modo, os ativos imobilizados adquiridos através de contratos de leasing apresentam saldos em 30 de junho de 2012 de 31 de dezembro de 2011 conforme mutação abaixo;

Arrendamento mercantil em serviço	Saldos em			Saldos em			Saldos em
	31/12/2010	Adições	Depreciação	Baixas	31/12/2011	Depreciação	
<b>Administração Central</b>							
	<b>8.041</b>	5.876	(1.679)	-	<b>12.238</b>	(891)	-
Edif. obras civis e benf. - Arrendamento mercantil	<b>20.945</b>	5.876	-	(10.855)	<b>15.966</b>	-	-
(-) Depreciação acumulada	<b>(12.904)</b>	-	(1.679)	10.855	<b>(3.728)</b>	(891)	-
	<b>4.711</b>	-	(2.525)	-	<b>2.186</b>	(1.124)	-
Veículos - Arrendamento mercantil	<b>12.155</b>	-	-	(860)	<b>11.295</b>	-	(121)
(-) Depreciação acumulada	<b>(7.444)</b>	-	(2.525)	860	<b>(9.109)</b>	(1.124)	121
	<b>6.387</b>	5.217	(2.527)	(3.009)	<b>6.068</b>	(1.090)	-
Móveis e utensílios - Arrendamento mercantil	<b>10.191</b>	5.217	-	(4.629)	<b>10.779</b>	-	-
(-) Depreciação acumulada	<b>(3.804)</b>	-	(2.527)	1.620	<b>(4.711)</b>	(1.090)	-
<b>Total</b>	<b>19.138</b>	<b>11.093</b>	<b>(6.731)</b>	<b>(3.009)</b>	<b>20.492</b>	<b>(3.105)</b>	-

**17. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA**

	30/06/2012	31/12/2011
Moeda nacional	243.836	265.612
Supridores de energia elétrica	198.536	193.865
Encargos de serviço de sistema - ESS	8.850	10.554
Fornecedores de materiais e serviços	36.450	61.193
Moeda estrangeira	44.213	41.904
Supridores de energia elétrica - Itaipu	44.037	40.778
Variação cambial - Itaipu	176	1.126
<b>Total</b>	<b>288.049</b>	<b>307.516</b>

**18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	30/06/2012			31/12/2011		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
<b>Moeda Nacional</b>						
BNDÉS	268.224	1.204	269.428	217.139	795	217.934
Finame SE 2011	5.695	64	5.759	5.695	66	5.761
Finem CAPEX 2011/2012	104.849	1.040	105.889	60.849	619	61.468
Custos com emissão - BNDÉS	(400)	-	(400)	(400)	-	(400)
Eletrobras - Luz para Todos	108.559	-	108.559	98.569	-	98.569
Finep - 1º Ciclo	9.508	27	9.535	11.546	34	11.580
Finep - 2º Ciclo	37.474	68	37.542	40.880	76	40.956
Finep - 3º Ciclo	2.539	5	2.544	-	-	-
<b>Moeda Estrangeira (*)</b>	<b>359.940</b>	<b>6.440</b>	<b>366.380</b>	<b>360.389</b>	<b>8.292</b>	<b>368.681</b>
Cédula de Crédito Bancário 4131 BNP	219.610	1.450	221.060	172.198	1.303	173.501
Swap Céd. Créd Bancário 4131 BNP	(39.796)	1.721	(38.075)	7.625	2.774	10.399
Cédula de Crédito Bancário 4131 Itaú	30.802	286	31.088	29.116	266	29.382
Swap Céd. Créd Bancário 4131 Itaú	(773)	253	(520)	997	440	1.437
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC	177.988	1.472	179.460	144.171	1.366	145.537
Swap Céd. Créd Bancário 4131 HSBC	(27.891)	1.258	(26.633)	6.282	2.143	8.425
<b>Total</b>	<b>628.164</b>	<b>7.644</b>	<b>635.808</b>	<b>577.528</b>	<b>9.087</b>	<b>586.615</b>
Circulante	384.057	7.644	391.701	21.466	9.087	30.553
Não circulante	244.107	-	244.107	556.062	-	556.062

(\*) Valores marcados a mercado – (ver nota 40).

A Sociedade captou em 15 de abril de 2011, segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, uma linha de financiamento de longo prazo (725 dias) denominada em moeda estrangeira no montante total de R\$ 360.000 (US\$ 226.909 mil). Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessa operação, contratou-se operações de "Swap" com os mesmos prazos de vencimento, e sobre os

mesmos valores da operação de empréstimo, resultando assim em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final atrelado ao CDI.

Em 20 de setembro de 2011, a Elektro assinou o contrato de financiamento com BNDES, na modalidade FINEM, no valor de R\$ 188.479. As taxas de juros variam de acordo com o subcrédito, de TJLP a TJLP + 3,03%. O financiamento é destinado ao Programa de Investimentos 2011/2012, para realização de expansão e melhorias do sistema de distribuição de energia elétrica, bem como a implantação de nove subestações e duas linhas de transmissão.

#### Condições Restritivas

**BNDES (FINEM):** conforme cláusula décima segunda, inciso XII do contrato de financiamento.

Em 22 de novembro de 2011, a Elektro assinou o contrato de financiamento com a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), no valor de R\$ 7.733. A taxa de juros desse financiamento é de 5% a.a.. Os recursos serão destinados principalmente para financiamento de projetos no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não há itens que façam parte da infraestrutura da concessão, oferecidos como garantias de empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das dívidas de longo prazo da Sociedade em 30 de junho de 2012 estão abaixo apresentados:

Ano	R\$
2013	21.746
2014	42.933
2015	39.537
2016	39.338
Após 2016	100.953
<b>Total</b>	<b>244.507</b>

Os encargos, garantias e condições gerais dos empréstimos e financiamentos em aberto em 30 de junho de 2012 são demonstrados a seguir:

Tipo	Garantias	Condições Gerais	Pagamento de encargos	Pagamento de principal	Vencimento inicial	Vencimento final
<b>Moeda Nacional</b>						
<b>BNDES</b>						
Finame SE 2011	Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios	5,50%	Trimestral durante a		15/02/2013	15/01/2021
FINEM 2011-2012		de TJLP a TJLP + 3,03%	carência e mensal após esse período		15/06/2013	15/12/2019
<b>Eletrobrás</b>						
Luz para Todos <sup>(1)</sup>		RGR + 5,0% a.a. <sup>(2)</sup>	Mensal	Mensal	30/11/2006 a 31/12/2014	30/10/2016 a 31/12/2022
<b>FINEP</b>						
	Carta de Fiança					
Finep - 1º Ciclo		TJLP + 0,94% a.a.			15/10/2010	15/10/2014
Finep - 2º Ciclo		4,25% a.a.	Mensal		15/04/2011	15/12/2017
Finep - 3º Ciclo		5,0% a.a.			15/12/2013	15/01/2020
<b>Moeda Estrangeira</b>						
Cédula de Crédito Bancário 4131BNP PARIBAS 2011		US\$ + 2.88% <sup>(3)</sup>			-	09/04/2013
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC 2011		US\$ + 3.60% <sup>(4)</sup>	Semestral	No vencimento da operação	-	09/04/2013
Cédula de Crédito Bancário 4131 Itaú 2011		US\$ + 3.50% <sup>(5)</sup>			-	09/04/2013

<sup>(1)</sup> O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

<sup>(2)</sup> Reserva Global de Reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

<sup>(3)</sup> Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 100,2% do CDI.

<sup>(4)</sup> Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 103,5% do CDI.

<sup>(5)</sup> Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 104,0% do CDI.

**19. DEBÊNTURES**

	30/06/2012				31/12/2011			
	Principal	Encargos	Vr. Monetária	Total	Principal	Encargos	Vr. Monetária	Total
4ª Emissão	299.762	13.365	-	313.127	299.450	16.600	-	316.051
1ª Série	180.000	8.478	-	188.478	180.000	10.418	-	190.418
2ª Série	120.000	5.709	-	125.709	120.000	7.003	-	127.003
Custos com emissão	(238)	(822)	-	(1.060)	(550)	(821)	-	(1.371)
5ª Emissão	299.132	17.028	8.751	324.911	299.033	10.778	3.873	313.683
1ª Série	120.000	4.372	-	124.372	120.000	5.520	-	125.520
2ª Série	180.000	12.656	8.751	201.407	180.000	5.258	3.873	189.130
Custos com emissão	(868)	-	-	(868)	(967)	-	-	(967)
<b>Total</b>	<b>598.894</b>	<b>30.393</b>	<b>8.751</b>	<b>638.038</b>	<b>598.483</b>	<b>27.378</b>	<b>3.873</b>	<b>629.734</b>
Circulante	-	30.393	-	30.393	-	27.378	-	27.378
Não circulante	598.894	-	8.751	607.645	598.483	-	3.873	602.356

De acordo com o CPC 08 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos. O saldo total a amortizar é de R\$ 1.928, sendo R\$ 822 no curto prazo (R\$ 623 referente a quarta emissão e R\$ 199 referente a quinta emissão) e R\$ 1.106 no longo prazo (R\$ 437 referente a quarta emissão e R\$ 669 referente a quinta emissão).

O vencimento do saldo de longo prazo das debêntures é conforme segue:

Ano	R\$
2013	129.694
2014	169.602
2015	79.804
2016	102.798
Após 2016	125.747
<b>Total</b>	<b>607.645</b>

Abaixo características gerais das debêntures da Sociedade:

**Quarta emissão – características das duas séries**

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária sem garantia.

Valor original: R\$ 300.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

A Escritura de Emissão dessas debêntures exige que seja realizada Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação da transferência do controle acionário da Elektro, exceto nos casos de: (i) reorganização societária que envolva, exclusivamente, os atuais acionistas controladores diretos e indiretos da Elektro; ou (ii) operação societária que resulte numa Companhia que tenha classificação de risco corporativo igual ou superior ao antigo acionista controlador no momento anterior à transação; ou (iii) a classificação de risco corporativo da Elektro não seja reduzida em relação à classificação de risco vigente no momento anterior a tal operação societária.

**Quinta emissão – características das duas séries**

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária sem garantia

Valor original: R\$ 300.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

A Escritura de Emissão dessas debêntures exige que seja realizada Assembleia Geral de Debenturistas em caso de mudança de controle acionário da Elektro, desde que tal mudança impacte, de forma substancial e comprovada, a viabilidade econômico-financeira da Emissão, a critério da Emissora e dos Debenturistas, exceto nos casos de quaisquer alterações ou reorganizações societárias que resultem em estrutura final na qual a Iberdrola S.A. continue como acionista controlador/majoritário direto ou indireto da Emissora.

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de Debêntures.

Abaixo um resumo das características das debêntures em aberto:

Séries	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal
<b>Debêntures 4ª Emissão</b>				
1ª Série	18.000	CDI + 1,15% a.a.	semestral a partir de 17 de janeiro de 2011	50% em 15/07/2013 e 15/07/2014
2ª Série	12.000	CDI + 1,25% a.a.	semestral a partir de 17 de janeiro de 2011	33,33% em 15/07/2013, 15/07/2014 e 15/07/2015
<b>Debêntures 5ª Emissão</b>				
1ª Série	12.000	CDI + 0,98% a.a.	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016
2ª Série	18.000	IPCA + 7,68% a.a.	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018

#### Condições Restritivas Financeiras (covenants):

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme segue:

**Quarta emissão:** conforme cláusula de vencimento antecipado alíneas de (I) a (XX) da escritura da emissão.

**Quinta emissão:** conforme cláusula de vencimento antecipado, inciso XIX da escritura da emissão.

A Sociedade vem cumprindo todas as condições restritivas.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da 4ª e 5ª emissões de debêntures estão disponíveis no website da Elektro: [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br).

## 20. ARRENDAMENTO MERCANTIL

De acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, a Sociedade efetuou a contabilização no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo, de arrendamento mercantil dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Sociedade. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

O saldo a pagar, apurado com base no valor presente, calculado com taxas que variam entre 10% a.a. e 18% a.a., dos pagamentos futuros, por categoria de ativo é como segue:

	30/06/2012	31/12/2011
Arrendamento mercantil financeiro a pagar		
Imóveis	12.928	13.605
Veículos	2.091	3.868
Equipamentos de informática	3.060	3.893
Total	<u>18.079</u>	<u>21.366</u>
Circulante	5.322	4.860
Não circulante	<u>12.757</u>	<u>16.506</u>

O cronograma dos pagamentos futuros de longo prazo relativos aos contratos acima é apresentado a seguir:

Vencimentos dos pagamentos  
futuros de longo prazo

2013	2.337
2014	1.717
2015	1.773
após 2015	6.930
Total	12.757

**Arrendamento mercantil operacional**

Conforme orientação do CPC 06, a Sociedade efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil operacional, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, imóveis, veículos e outros.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas no 1º semestre de 2012 e de 2011, bem como os pagamentos futuros que a Sociedade fará com base nesses contratos.

	30/06/2012	30/06/2011
Despesas reconhecidas no período		
Locação de infraestrutura de pontos de atendimento (Callcenter)	2.243	1.225
Locação de imóveis	1.596	851
Locação de veículos	285	481
Locação de computadores	978	294
Locação de impressoras	115	94
Locação de equipamentos e serviços de informática	1.209	-
Total	6.426	2.944

Vencimento dos  
compromissos futuros

2012	1.669
2013	3.662
2014	4.147
2015	4.683
Total	14.161

**21. TRIBUTOS A RECOLHER**

	30/06/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	15.654	88
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	15.414	20.381
Programa de integração social - PIS	3.346	4.425
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	86.168	86.430
Impostos retidos na fonte	793	12.025
Imposto sobre serviço - ISS	314	396
Total	121.689	123.745

A Sociedade tem como prática efetuar as antecipações de imposto de renda e contribuição social no mês subsequente à sua apuração, de forma que durante o exercício há um descasamento entre o imposto a pagar e a antecipação. O encontro entre antecipações e impostos a pagar é efetuado no

encerramento do exercício, fator que explica a variação do saldo da rubrica "Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido" entre 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

## 22. ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Quota para a reserva global de reversão - RGR	4.222	4.222
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	18.224	18.224
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	13.399	11.786
Encargos de capacidade emergencial - ECE	720	810
Total	<u>36.565</u>	<u>35.042</u>

## 23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dividendos a pagar	6	5
Juros sobre capital próprio a pagar	1	60.888
Total	<u>7</u>	<u>60.893</u>

Em 23 de janeiro de 2012 foram pagos Juros sobre capital próprio no valor de R\$ 60.894, referente ao exercício de 2011, os quais estão líquidos de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 10.738.

Ao final do exercício de 2011, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 134.709 com base no lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, após constituição da reserva legal e deduzido os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio. A proposta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2012 e em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas ocorrida em 28 de março de 2012, e o pagamento foi efetuado em 20 de abril de 2012.

Existem valores de juros sobre capital próprio (R\$ 1) e dividendos (R\$ 6) a pagar para acionistas minoritários que ainda não se apresentaram com seus dados cadastrais atualizados.

## 24. PROVISÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão de férias e 13º salário	18.593	17.792
Retenções do empregado	1.732	2.816
INSS parte da empresa	9.900	8.806
FGTS	2.473	3.126
Participação nos lucros e resultados	7.210	13.062
Outros	299	353
Total	<u>40.207</u>	<u>45.955</u>

## 25. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Elektro aplicar, anualmente, o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficientização, Pesquisa e Desenvolvimento e parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pela Lei nº 9.991/2000. Por meio das Resoluções Normativas 300/2008 e 316/2008, A ANEEL estabelece os critérios de apuração de valores dos programas, correção Selic, pagamentos e aplicação dos recursos.

Adicionalmente, em cumprimento à Lei nº 12.111/2009, a Sociedade está obrigada a recolher ao Tesouro Nacional (TN), nas competências de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, o adicional de 0,30% da Receita operacional líquida (ROL), para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica ocorrida nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN, aplicando-se somente às interligações feitas após 30 de julho de 2009. Os recolhimentos de Encargo do sistema Isolado deverão ser efetuados mensalmente. O não recolhimento no prazo previsto implicará a atualização das parcelas através da taxa de juros SELIC. O montante deverá ser aplicado: (i) em programas de universalização do serviço público de energia elétrica; (ii) no financiamento de projetos socioambientais; (iii) em projetos de eficiência e pesquisa energética; e (iv) no pagamento de faturas de energia elétrica de unidades consumidoras de órgãos estaduais e municipais. O referido encargo está sendo pago desde outubro de 2010, conforme determinado pelo Ofício Circular ANEEL nº 965/10, de 5 de outubro de 2010.

A movimentação das obrigações da Sociedade com estes programas, de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição	31/12/2011	Ingresso	Atualização	Realização/Pagamento	30/06/2012
Programa de Eficiência Energética	0,50%	17.089	6.632	707	(6.070)	18.358
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	21.029	2.653	939	(2.829)	21.792
FNDCT	0,20%	532	2.653	-	(2.305)	880
MME	0,10%	265	1.327	-	(1.152)	440
Encargos do sistema isolado - TN	0,30%	796	3.979	-	(3.449)	1.326
<b>Total</b>		<b>39.711</b>	<b>17.244</b>	<b>1.646</b>	<b>(15.805)</b>	<b>42.796</b>
Circulante		14.233	14.590	441	(15.805)	13.459
Não circulante		25.478	2.654	1.205	-	29.337

## 26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### 26.1 Planos de Pensão

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram, adquiriram o direito de receber o benefício saldato (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este

recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual se estima que este empregado estará a serviço da Sociedade, para então determinar o custo para cada ano de serviço.

No que refere-se à política contábil de reconhecimento de ganhos ou perdas atuarias prospectivas, a Sociedade optou pelo reconhecimento imediato, em outros resultados abrangentes, conforme parágrafo 93A do CPC 33. Entretanto, a entidade que optar por esta forma de reconhecimento deve também reconhecer, como resultados abrangentes, qualquer ajuste proveniente do limite de ativo de benefício definido, estabelecido no parágrafo 58B da referida norma. Esta restrição determina que o reconhecimento de um ativo atuarial esteja condicionado à existência de benefícios econômicos futuros para a entidade, sob a forma de redução ou suspensão de suas contribuições para o plano ou reembolso futuro do superávit.

Adicionalmente, conforme previsto pelo parágrafo 93D, os valores ajustados contra resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados, não sendo registrados na demonstração do resultado em período subsequente.

Como o plano apresenta superávit, o laudo atuarial demonstra um ativo atuarial de R\$ 163.594 em 31 de dezembro de 2011. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois de acordo com as regras da Secretaria da Previdência Complementar (SPC) - Resolução CGPC nº 26/2008, o reconhecimento do ativo atuarial é permitido somente se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo que é de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit pode ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 16% em 31 de dezembro de 2011, abaixo do limite de 25% requerido, não permitindo, portanto, o reconhecimento contábil de nenhum superávit atuarial, conforme demonstrado abaixo:

<b>Conciliação dos valores reconhecidos no balanço</b>	<u>31/12/2011</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	764.730
Valor justo dos ativos do plano	928.324
Superávit para planos cobertos	163.594
Limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	(163.594)
(Ativo) atuarial líquido	<u><u>-</u></u>

Os valores reconhecidos no resultado do semestre e no resultado abrangente são os seguintes:

<b>Componentes da despesa (receita) do plano</b>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
<b>Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício</b>		
Custo do serviço corrente <sup>(1)</sup>	(4.602)	(4.687)
Juros sobre as obrigações atuariais	(39.067)	(36.870)
Rendimento esperado dos ativos	54.341	51.145
Receita reconhecida	<u>10.673</u>	<u>9.588</u>
<b>Valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes</b>		
Efeito do limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	10.673	10.285
Reclassificação imediata para lucros acumulados (§ 93(d))	<u>(10.673)</u>	<u>(10.285)</u>
Custo total reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Valor acumulado de perdas atuariais reconhecido</b>	<b>86.587</b>	<b>88.226</b>

<sup>(1)</sup> Com juros, líquido da contribuição do participante

No primeiro semestre de 2012, a Sociedade efetuou contribuições aos planos de benefícios mantidos junto à Fundação CESP no montante de R\$ 1.507 (R\$ 1.277 no mesmo período de 2011).

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL) disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Sociedade no primeiro semestre de 2012 foram de R\$ 238 (R\$ 353 em 2011), tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.

## 26.2 Plano Especial de Aposentadoria

No Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 25 de julho de 2007, a Elektro criou o Plano Especial de Aposentadoria (PEA), como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis à aposentadoria oficial. No Acordo Coletivo assinado em agosto de 2011, esse plano foi prorrogado por 3 meses (até 21 de novembro de 2011), para aqueles que já estão aposentados e até 31 de maio de 2015, para aqueles que são elegíveis.

O incentivo consiste no pagamento de uma indenização (variando de 4 a 6 salários mensais em função do tempo de serviço do colaborador à Elektro), além de todos os benefícios previstos em lei no caso de demissão. Para serem elegíveis à adesão deste benefício, os principais critérios que devem ser atendidos pelos colaboradores são: (i) estar prestando serviços à Sociedade; (ii) ter feito a solicitação de aposentadoria de acordo com as leis brasileiras de Seguridade Social, na qual são consideradas idade mínima e tempo de serviços prestados; (iii) e apresentar o protocolo de solicitação do benefício.

O valor atualizado da provisão em 30 de junho de 2012 é de R\$ 902 (R\$ 2.031 em 31 de dezembro de 2011), registrado no passivo circulante referente a colaboradores que já aderiram ao plano, e de R\$ 9.774 (R\$ 11.469 em 31 de dezembro de 2011) registrado no passivo não circulante, com base na estimativa de que no período compreendido entre julho de 2012 e dezembro de 2015, até 150 colaboradores possam aderir ao plano.

## 26.3 Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar e o plano especial de aposentadoria, são oferecidas outras vantagens aos empregados da Sociedade, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No primeiro semestre de 2012, a Elektro despendeu com esses benefícios o montante de R\$ 24.572 (R\$ 21.560 no mesmo período de 2011), registrado à conta de despesas com pessoal.

## 27. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

### 27.1. Provisão para ações judiciais e regulatórias

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Sociedade que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações.

	31/12/2011	Ingresso	Atualização	Reversão	Liquidação	30/06/2012
Cíveis e ambientais	93.555	946	7.705	(370)	(1.038)	100.798
Trabalhistas	21.020	225	3.487	(312)	(341)	24.079
Tributárias	2.786	29.783	262	-	-	32.831
Desapropriações e servidões	6.263	3.957	2.184	(63)	(1.290)	11.051
Regulatórias	14.240	2.812	-	-	-	17.052
<b>Total das provisões</b>	<b>137.864</b>	<b>37.723</b>	<b>13.638</b>	<b>(744)</b>	<b>(2.669)</b>	<b>185.811</b>

Em 30 de junho de 2012, as provisões efetuadas pela Sociedade são principalmente para a cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou

de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do uso do sistema de transmissão (MUST). As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

#### **Uso da faixa de domínio de rodovias – Ação judicial cível**

Em agosto de 2001, foram ajuizadas 2 (duas) ações pela Elektro em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais, a fim de que estas se abstenham de promover atos que impeçam a livre atuação da Elektro, no que tange ao uso das faixas intermediárias e laterais de domínio das rodovias para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a ação contra a Elektro. Em agosto de 2008, a Elektro recorreu ao Superior Tribunal de Justiça e propôs uma medida cautelar com pedido de liminar para suspender a decisão da corte paulista, sendo que, em novembro de 2008, a liminar foi denegada por um dos ministros do Superior Tribunal de Justiça. Em setembro de 2010, o Superior Tribunal de Justiça não conheceu o Recurso Especial apresentado pela Elektro por questões processuais. A Elektro opôs embargos de declaração, os quais foram negados em fevereiro de 2011. Diante da decisão do STJ a Elektro apresentou recurso perante o Supremo Tribunal Federal, o qual não foi admitido pelo STJ. Contra esta decisão a Elektro apresentará reclamação ao STF. Com base na decisão do STJ que não conheceu do Recurso Especial, a Sociedade mantém provisionado o valor de R\$ 77.395, em 30 de junho de 2012 (R\$ 74.078 em 31 de dezembro de 2011), considerando as partes envolvidas no processo que possuem os requisitos necessários à realização da cobrança tida como válida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

#### **Provisões Tributárias**

Em 25 de agosto de 2000, as empresas Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. impetraram Mandado de Segurança cujo objeto é a suspensão da exigibilidade da CPMF sobre fechamento simbólico de câmbio referente à transferência, pela Elektro à EPC, de empréstimo contraído pela própria Elektro junto à Terraco Investments Ltd. Em virtude de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ter se firmado no sentido de ser legítima a incidência da CPMF sobre a operação discutida, foi requerida a desistência da ação pelas empresas autoras, a qual foi homologada em 28 de setembro de 2012. O processo aguarda o levantamento dos valores depositados em favor da Elektro contrária para posterior arquivamento definitivo. O valor atualizado da provisão em 30 de junho de 2012, é de R\$ 4.039.

Em 5 de dezembro de 2007, a empresa EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de suspender a inclusão na base de cálculo do PIS e da COFINS do valor referente às receitas oriundas do pagamento de juros sobre capital próprio efetuado em seu benefício pela Elektro. O processo aguarda julgamento de recurso em virtude de decisão de 1ª instância que lhes foi desfavorável. O valor provisionado em 30 de junho de 2012 é de R\$ 25.072.

Outras provisões tributárias envolvem questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais.

#### **27.2. Contingências passivas com avaliação de risco possível**

A Sociedade discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e, portanto, não são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências são de R\$ 77.478 para assuntos previdenciários, R\$ 34.647 para assuntos cíveis incluindo ações de desapropriação e servidão de passagem R\$ 20.442 para aspectos trabalhistas e R\$ 371.867 para diversas questões tributárias.

A Sociedade recebeu notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), exigindo contribuições previdenciárias de períodos entre junho de 1998 a junho de 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados da Sociedade. Com base na Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, de junho de 2008, referida Corte reconheceu a inconstitucionalidade dos prazos de prescrição e decadência superiores a 5 (cinco) anos para as contribuições previdenciárias, razão pela qual parte das autuações foram anuladas integral ou parcialmente. A Elektro apresentou defesa nos respectivos autos de infração, estando pendente de julgamento na esfera administrativa. O valor atualizado desses casos em 30 de junho de 2012 é de R\$ 67.483 (R\$ 64.875 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre os assuntos cíveis, os processos de desapropriação e servidão de passagem, que somam R\$ 4.046 em 30 de junho de 2012 (R\$ 5.689 em 31 de dezembro de 2011), referem-se à utilização de espaço em terras de terceiros para a construção de linhas para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica. A Sociedade entende que o risco de perda destes casos é provável somente quando os processos encontram-se em fase final e os valores envolvidos são suficientemente estimáveis para suportar a constituição de provisão. Ademais, as instâncias processuais em que estas ações encontram-se são também as mais diversas, especialmente considerando-se a pulverização e o fato de que, em sua grande maioria, são processos individuais com valores não relevantes.

Quanto às diversas questões tributárias, a Sociedade recebeu Auto de Infração Estadual, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ – SP), em 14 de dezembro de 2007, referente a créditos de ICMS, cujo valor atualizado, em 30 de junho de 2012 supostamente tomados de forma indevida pela Sociedade, é de R\$ 19.805 (R\$ 19.301 em 31 de dezembro de 2011). Recebeu também da mesma Secretaria, em dezembro de 2008, Auto de Infração relativo à suposta diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba e Itanhaém, cujo valor atualizado, em 30 de junho de 2012, é de R\$ 54.190 (52.914 em 31 de dezembro de 2011). Todos encontram-se pendentes de apreciação nas instâncias administrativas, e são considerados com risco de perda possível e, portanto, não foram provisionados.

Em 28 de junho de 2011, a SEFAZ-SP lavrou três novos Autos de Infração contra a Sociedade em complemento a outros Autos de Infração, dentre eles o que foi lavrado em dezembro de 2008, também sob alegação de suposta diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde, cujo valor total atualizado em 30 de junho de 2012 é de R\$ 27.199 (R\$ 16.748 em dezembro de 2011). Todos eles encontram-se pendentes de apreciação nas instâncias administrativas, e são considerados com risco de perda possível e, portanto, não foram provisionados.

Em janeiro de 2009, foi lavrado Auto de Infração e Imposição de Multa pela SEFAZ-SP, cujas infrações foram a suposta ausência de pagamento de ICMS nos períodos de março de 2004 a março de 2006, sob as alegações fazendárias de que teria havido transporte indevido a maior e a menor de valores entre os Livros de Registro de Entrada e de Saídas e o livro Registro de Apuração do ICMS. O valor atualizado do débito, em 30 de junho de 2012, é de R\$ 19.197 (R\$ 18.768 em 31 de dezembro de 2011). O auto de infração se encontra pendente de julgamento nas instâncias administrativas, e é considerado com risco de perda possível, não sendo, de tal maneira, provisionado o respectivo valor.

Outra questão atualmente discutida no âmbito tributário é a do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais – PERC nº 10830.00390/2008-64, no qual a Elektro pleiteia perante a Receita Federal do Brasil a validação da opção de aplicação de parcela do seu imposto de renda no Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM). O valor envolvido atualizado até 30 de junho de 2012 é de R\$ 21.025 (R\$ 20.366 em 31 de dezembro de 2011). O pedido está pendente de decisão final administrativa, tendo sido considerado como perda possível e, conseqüentemente, não foi provisionado.

Em dezembro de 2009, também fora lavrado em face da Elektro Auto de Infração pela SEFAZ-SP que recebeu o nº 3.118.729-8, que apurou suposto creditamento indevido de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado adquiridos em 2002 e 2003, cujos créditos foram utilizados no período de janeiro de 2004 a novembro de 2007, com valor atualizado, em 30 de junho de 2012, de R\$ 15.782 (R\$ 14.891 em 31 de dezembro de 2011). Do mesmo modo, este auto encontra-se pendente de análise nas instâncias administrativas, sendo considerado com risco de perda possível, não sendo, de tal modo, provisionado.

A SEFAZ-SP lavrou os Autos de Infração e Imposição de Multa, em 2 de junho de 2010 e 5 de julho de 2010, respectivamente, para exigência de ICMS, acrescido da incidência de multa e juros, por supostos créditos indevidos do imposto e descumprimento de obrigações acessórias. Com relação ao primeiro, houve julgamento em primeira instância administrativa dando parcial provimento ao recurso da Elektro cancelando integralmente a multa no valor de R\$ 24.014. O valor total atualizado, em 30 de junho de 2012, é de R\$ 84.360 (R\$ 83.683 em 31 de dezembro de 2011) e os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas entendem que o risco de perda é possível.

A Elektro recebeu também, em julho de 2010, Auto de Infração, lavrado pela SEFAZ-SP, que apurou descumprimento da legislação tributária no tocante ao creditamento de ICMS e obrigações acessórias para o cancelamento de notas fiscais da Elektro. O valor atualizado, em 30 de junho de 2012, é de R\$

4.872 (R\$ 4.756 em 31 de dezembro de 2011). Referido auto se encontra pendente de apreciação nas instâncias administrativas, não tendo sido provisionado tal valor em razão de sua condição de perda possível.

Em março de 2011, a SEFAZ-SP lavrou o Auto de Infração e Imposição de Multa, que apurou supostas irregularidades no creditamento de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia adquiridos em 2005. O valor atualizado do débito, em 30 de junho de 2012, é de R\$ 12.440 (R\$ 11.982 em 31 de dezembro de 2011). Referido auto encontra-se pendente de decisão final administrativa, sendo, portanto, considerado com risco de perda possível.

Em junho de 2011 a SEFAZ-SP lavrou ainda o Auto de Infração e Imposição de Multa também para exigência de ICMS, acrescido da incidência de multa e juros, por supostos créditos indevidos do imposto e descumprimento de obrigações acessórias. O valor total atualizado, em 30 de junho de 2012, é de R\$ 16.753 (16.478 em 31 de dezembro de 2011), e os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas entendem que o risco de perda é possível.

Em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Sociedade de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas, segundo seu entendimento da Súmula nº 331 do Superior Tribunal do Trabalho. Em junho de 2009, a decisão de primeira instância foi proferida desfavoravelmente à Elektro, a qual apelou ao Tribunal Regional do Trabalho. O acórdão do Tribunal Regional do Trabalho confirmou a decisão de primeira instância. A Sociedade não está obrigada a adotar nenhuma medida até o trânsito em julgado da ação. O posicionamento dos advogados externos responsáveis pelo caso é de que a Elektro possui argumentos razoáveis que tornam possível a reversão da decisão, já que apresentou recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, baseado no artigo 25 da Lei 8.987/95, que prevê que concessionárias de serviços públicos estão autorizadas a terceirizar atividades inerentes ao contrato de concessão. O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro, e o risco de perda foi classificado como possível.

Em abril de 2012, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo lavrou também o Auto de Infração e Imposição de multa para exigência de ICMS por ter apurado supostos créditos tomados pela Companhia em relação a material de iluminação pública, veículos e acessórios e reforma de transformadores. O valor total atualizado, em 30 de junho de 2012, é de R\$ 13.034 (R\$ 12.628 em abril de 2012).

## 28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

A composição acionária da Elektro em 30 de junho de 2012, após reestruturação societária (vide nota 3), está demonstrada no quadro abaixo:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844
Total	91.880.972	101.878.293	193.759.265

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas Assembleias gerais ordinárias e extraordinárias; já as ações preferenciais não terão direito a voto, contudo, possuem as seguintes características: (i) prioridade de reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; (ii) direito de receber dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (iii) direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, a ser eleito pelos titulares das ações preferenciais, em votação em separado; (iv) direito de participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

## 29. PLANO DE INCENTIVO BASEADO EM AÇÕES

### **Bônus Estratégico Iberdrola 2011 - 2013**

Em Assembleia Geral de Acionistas da Iberdrola S.A., realizada em 27 de maio de 2011, foi aprovado o estabelecimento de um Bônus Estratégico dirigido à executivos da Iberdrola S.A. e suas controladas, relacionadas com a realização dos objetivos estratégicos para o período 2011 - 2013 e liquidados pela entrega de ações da Iberdrola S.A. (doravante denominada "Bônus Estratégico 2011-2013"), de acordo com os seguintes termos:

1. Descrição: Bônus Estratégico 2011-2013 é configurado como um incentivo de longo prazo associado ao cumprimento, no final do período de referência 2011-2013, de vários objetivos estratégicos que serão definidos pelo Conselho de Administração da Iberdrola S.A. e serão vinculados além de outros critérios, a:

(A) Evolução no lucro líquido consolidado da Iberdrola S.A. em comparação com os cinco principais concorrentes europeus (Enel, Eon, RWE, EDF e GDF-Suez). Entende-se que este objetivo não é alcançado se a evolução do lucro líquido consolidado for inferior a média do grupo de referência. Este objetivo terá uma ponderação de 20%.

(B) Evolução do valor da ação a partir da média do índice Eurostoxx Utilities e ações dos cinco principais concorrentes europeus (Enel, Eon, RWE, EDF e GDF-Suez), tendo o seu desenvolvimento desde janeiro de 2011 e para o período do bônus. Entende-se que este objetivo não é alcançado se a evolução do preço das ações experimentar um desvio padrão maior que 5% sobre a média de referência. Seu peso é de 60% se atingir 105%.

(C) Manter a classificação de crédito da Iberdrola S.A. (rating - A). A ponderação é de 20%.

2. Beneficiários: Determinados executivos da Iberdrola S.A. e de seu grupo, com um máximo de 350 beneficiários, a ser incluído no Bônus Estratégico 2011-2013 durante sua vigência, nos termos das resoluções aprovadas pelo Conselho de Administração da Iberdrola SA no desempenho deste acordo, com um máximo de 350 beneficiários.

3. Valor: Cada beneficiário receberá um número de "ações teóricas" na época de estabelecimento do Bônus Estratégico 2011-2013 que após a conclusão do período de referência e, dependendo do nível de cumprimento dos objetivos fixados ou estabelecidos resultará na entrega de ações da Iberdrola S.A. nas três datas previstas.

O número máximo de ações a ser entregue a todos os beneficiários do Bônus Estratégico 2011-2013 será 17.000.000 de ações, equivalente a 0,29 por cento do capital social da Iberdrola S.A., mas o número de ações atribuídas a cada um dos executivos que participam do Bônus Estratégico 2011-2013 não pode exceder 1.900.000 ações.

4. Prazo do Bônus Estratégico 2011-2013: O Bônus Estratégico 2011-2013 tem um prazo de seis anos, dos quais o período entre 2011 e 2013 constituirá o período de referência para fins de cumprimento dos objetivos e o período entre os anos 2014-2016 o período de liquidação, a ser produzido pela entrega de ações de forma diferida nesses três anos.

O valor registrado deste benefício em 30 de junho de 2012 é de R\$ 1.228.

## 30. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	30/06/2012			30/06/2011		
	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais	2.289.070	6.019.418	2.680.225	2.222.344	6.285.029	2.643.889
Fornecimento para consumidores	2.289.070	5.974.732	2.230.875	2.222.344	5.973.786	2.226.126
Residencial	1.935.317	1.994.739	942.366	1.892.564	1.925.056	908.313
Industrial	24.034	1.818.684	550.342	22.550	2.019.944	622.469
Comercial	176.796	1.114.405	466.624	156.954	1.012.229	423.148
Rural	128.360	430.780	103.064	126.973	421.720	99.521
Poder público	17.338	156.096	66.427	16.700	147.286	62.557
Iluminação pública	4.186	227.711	56.695	3.663	220.870	53.814
Serviço público	3.039	232.316	69.480	2.940	226.681	71.829
Não faturado	-	-	(24.123)	-	-	(15.525)
Outras receitas		44.687	449.350		311.243	417.763
CCEE		44.687	6.910		311.243	10.187
Receita de uso do sistema de distribuição		-	269.314		-	213.619
Remuneração do ativo financeiro		-	28.506		-	23.293
Receita de construção (vide nota 14.3)		-	122.084		-	155.392
Outras receitas		-	22.536		-	15.272
Deduções às receitas operacionais			(937.278)			(874.822)
Quota para a reserva global de reversão - RGR			(25.327)			(5.433)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC			(109.341)			(98.144)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE			(84.861)			(75.578)
ICMS sobre fornecimento			(451.504)			(432.203)
COFINS			(197.228)			(192.489)
PIS			(42.819)			(41.788)
Programa de P&D e eficiência energética			(13.264)			(15.760)
Outros			(12.934)			(13.427)
Total	2.289.070	6.019.418	1.742.947	2.222.344	6.285.029	1.769.067

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Conforme mencionado na nota 4, em 26 de agosto de 2011, a ANEEL decidiu prorrogar a vigência das tarifas da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010, até o processamento em definitivo da Revisão Tarifária da Elektro.

Em 19 de janeiro de 2012, a ABRADDEE ajuizou ação com pedido de antecipação de tutela em face da ANEEL, impugnando os termos da Resolução Normativa ANEEL nº 463/2011, a qual promoveu a expropriação de determinadas receitas (ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos) passando a considerá-las como 'obrigações especiais'. Em 7 de fevereiro foi concedida a tutela antecipada, a permitir que as empresas associadas da ABRADDEE não procedessem segundo as novas determinações. A Administração da Sociedade entende correta a pretensão da ABRADDEE em juízo, contudo, diante do caráter provisório da tutela antecipada e devido à obrigação legal criada pela Resolução da ANEEL, vem aproveitando a medida acautelatória com a correspondente constituição de provisão no montante de R\$ 11.219, para o primeiro semestre de 2012, na mesma conta de obrigações especiais.

## 31. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	30/06/2012		30/06/2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supradores de energia	6.768.079	745.390	6.943.120	659.490
Itaipu Binacional (**)	1.443.551	157.919	1.450.957	138.923
Contratos bilaterais	22.917	5.992	30.773	5.766
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	5.148.266	526.332	5.324.834	468.551
PROINFA	153.345	43.061	136.555	34.234
Uso do transporte de energia	-	12.086	-	12.016
Outros custos de energia	-	185.068	-	176.442
ONS - Uso da rede básica	-	229.462	-	212.088
CTEEP - Encargos de conexão	-	20.028	-	18.152
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	30.216	-	31.405
Constituição de CVA	-	-	-	-
Amortização de CVA	-	-	-	-
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	-	(94.638)	-	(85.203)
Total	6.768.079	930.458	6.943.120	835.932

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(\*\*) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

**32. GASTOS COM PESSOAL**

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Remunerações	60.858	60.278
Encargos sociais	21.158	21.246
Auxílio alimentação	8.162	7.238
Pagamentos baseados em ações	1.228	3.132
Assistência médica	5.554	4.418
Indenizações trabalhistas	1.305	1.110
Previdência privada	2.837	2.515
Plano Especial de Aposentadoria	1.884	7
Custo atuarial - Plano de Pensão	(10.673)	(10.285)
Participação nos lucros e resultados	8.203	17.783
Outros benefícios	3.503	6.039
<b>Total</b>	<b><u>104.019</u></b>	<b><u>113.481</u></b>
Custo da operação	85.445	93.145
Despesas com vendas	3.073	2.310
Despesas gerais e administrativas	15.501	18.026
<b>Total</b>	<b><u>104.019</u></b>	<b><u>113.481</u></b>

**33. GASTOS COM MATERIAIS**

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Materiais e equipamentos	16.242	17.182
<b>Total</b>	<b><u>16.242</u></b>	<b><u>17.182</u></b>
Custo da operação	15.863	15.344
Despesas com vendas	14	15
Despesas gerais e administrativas	365	1.823
<b>Total</b>	<b><u>16.242</u></b>	<b><u>17.182</u></b>

**34. GASTOS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS**

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Serviços no sistema elétrico	12.398	11.811
Serviços de manutenção e conservação	7.557	5.861
Serviços de leitura e entrega de contas	3.499	12.234
Serviços administrativos	13.048	14.394
Outros serviços	17.324	10.086
<b>Total</b>	<b><u>53.826</u></b>	<b><u>54.386</u></b>
Custo da operação	37.877	24.510
Despesas com vendas	4.118	14.192
Despesas gerais e administrativas	11.831	15.684
<b>Total</b>	<b><u>53.826</u></b>	<b><u>54.386</u></b>

**35. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Despesas com arrecadação bancária	7.912	8.432
Taxa de fiscalização ANEEL	4.888	4.175
Seguros	739	839
Aluguéis	6.169	7.870
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	16.075	11.991
Taxas e contribuições	3.342	3.120
Despesas com viagens	2.109	4.730
Propaganda e publicidade	2.252	3.465
Telefonia e telecomunicações	9.117	12.060
Software	261	3.124
Provisões para ações judiciais e regulatórias	13.244	12.786
Perda na desativação e alienação de bens, líquidas	5.834	6.611
Outras	7.595	8.717
<b>Total</b>	<b><u>79.536</u></b>	<b><u>87.920</u></b>
Custo da operação	24.400	34.533
Outras despesas operacionais	55.136	53.387
<b>Total</b>	<b><u>79.536</u></b>	<b><u>87.920</u></b>

**36. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>36.890</b>	<b>37.665</b>
Aplicações financeiras	11.619	15.110
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	22.336	21.790
Outras receitas financeiras	2.935	765
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(62.899)</b>	<b>(66.940)</b>
Juros sobre empréstimos com terceiros	(25.052)	(25.185)
Juros sobre debêntures	(24.107)	(28.728)
Outras despesas financeiras	(13.740)	(13.027)
<b>Variação cambial e monetária, líquidas</b>	<b>(3.150)</b>	<b>7.066</b>
Receitas de variação monetária	8.650	19.614
Recuperação das perdas de receita e energia livre	1.493	4.274
Conta de energia elétrica em atraso	2.781	7.391
Outras	4.376	7.949
Despesas de variação monetária	(11.800)	(12.548)
Principal - terceiros	-	(1.111)
Energia livre	(3.360)	(3.773)
Eficiência energética	(1.647)	(2.056)
Debêntures	(3.903)	(4.572)
Outras	(2.890)	(1.036)
<b>Total</b>	<b><u>(29.159)</u></b>	<b><u>(22.209)</u></b>

**37. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:**

	30/06/2012		30/06/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	336.871	336.871	405.164	405.164
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(84.206)	(30.318)	(101.279)	(36.465)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(3.564)	(1.155)	(2.464)	(731)
Incentivos fiscais e outros	3.414	603	2.246	63
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(84.356)</u>	<u>(30.870)</u>	<u>(101.497)</u>	<u>(37.133)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(86.262)	(31.556)	(91.780)	(33.635)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.906	686	(9.717)	(3.498)
Total	<u>(84.356)</u>	<u>(30.870)</u>	<u>(101.497)</u>	<u>(37.133)</u>

**Tributos diferidos**

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados à alíquota de 34%, e estão apresentados no quadro abaixo:

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	30/06/2011
IR e CS sobre diferenças temporárias	182.426	120.137	54.848	11.084
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.453	14.299	1.154	801
Provisão para ações judiciais e regulatórias	60.904	46.788	6.675	3.981
Plano especial de aposentadoria	3.630	4.590	(960)	(314)
Variação cambial	35.651	21.828	13.823	-
Provisão ganho/perda hedge	(34.567)	(20.017)	(14.550)	7.064
Provisão perda na desativação de ativos	21.530	20.977	553	-
Provisão efeito postergação tarifária	84.019	32.976	51.043	-
Outras	(4.194)	(1.304)	(2.890)	(448)
Benefício fiscal do ágio incorporado Terraço	118.353	124.956	(6.603)	(7.489)
Benefício fiscal do ágio incorporado - Iberdrola (vide nota 3)	685.904	-	(3.536)	-
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	<u>(93.590)</u>	<u>(50.976)</u>	<u>(42.117)</u>	<u>(16.810)</u>
Plano de pensão	3.629	7.755	(3.629)	(3.497)
Leasing	235	292	(57)	-
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	(97.433)	(59.155)	(38.278)	(12.742)
Marcação a mercado swap	(21)	132	(153)	(571)
Subtotal - impacto no resultado do período	<u>893.093</u>	<u>194.117</u>	<u>2.592</u>	<u>(13.215)</u>
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	<u>(3.794)</u>	<u>(36.815)</u>	<u>32.524</u>	<u>248</u>
Plano de pensão	(3.629)	(7.755)	3.629	3.497
Contratos de concessão - marcação a mercado	(165)	(29.060)	28.895	(3.249)
Total	<u>889.299</u>	<u>157.302</u>	<u>35.116</u>	<u>(12.967)</u>

Os créditos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos.

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Sociedade, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2012.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e em consonância com as Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. No caso do ágio referente à incorporação da Terraço, a realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Sociedade ao órgão regulador naquela época. O ágio referente à incorporação da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. será realizado linearmente até o final da concessão, também baseado em premissas de resultado futuro que foram apresentadas e anuídas pela ANEEL.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e dos benefícios fiscais dos ágios incorporados registrados em 30 de junho de 2012 é como segue:

Ano	R\$
2012	112.860
2013	55.539
2014	55.899
2015	54.275
2016	51.652
2017 a 2019	152.678
2020 a 2022	144.686
2023 a 2025	139.578
2026 a 2028	122.132
Total	<u>889.299</u>

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, a estimativa de realização futura deste ativo não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Sociedade. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

### 38. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Receitas		Despesas	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Elektro Comercializadora de Energia Ltda.	119	132	(324)	(129)
Total	<u>119</u>	<u>132</u>	<u>(324)</u>	<u>(129)</u>

As receitas obtidas junto à coligada Elektro Comercializadora de Energia Ltda. referem-se a serviços administrativos, compartilhamento de infraestrutura e aluguel de salas. As despesas são relativas à compra de energia elétrica no mercado livre para o prédio da Sede da Elektro.

Os valores dos serviços administrativos e compartilhamento de infraestrutura têm como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Sociedade, acrescida de taxa de administração. Os contratos de aluguel são reajustados pelo IGP-M a cada 12 meses. No caso da Elektro Comercializadora de Energia Ltda., o contrato é por tempo indeterminado, a partir de 1º de abril de 2004. O contrato de compra de energia elétrica foi firmado em 1º de janeiro de 2012 e tem validade até 31 de dezembro de 2013.

De acordo com o CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Sociedade no semestre findo em 30 de junho de 2012, registrada na rubrica de gastos com pessoal, foi de R\$ 4.030 (R\$ 4.414 em 30 de junho de 2011), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 3.025 (R\$ 3.195 em junho de 2011) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 1.005 (R\$ 1.219 em junho de 2011). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao plano de opções de ações concedidas pela Iberdrola (vide nota 29) no montante de R\$ 1.228 no primeiro semestre de 2012.

Adicionalmente, a Sociedade possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados, inclusive administradores (vide nota 26).

**39. SEGUROS**

A Sociedade mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Sociedade de eventuais sinistros:

<u>Riscos</u>	<u>Importância segurada</u>
Riscos operacionais e multirrisco	872.940
Responsabilidade civil terceiros	44.000
Responsabilidade civil administradores	26.250

A vigência das apólices de Riscos operacionais e multirrisco (Propriedade) e Responsabilidade civil com terceiros compreende o período de 31 de maio de 2012 a 31 de maio de 2013, e da apólice de Responsabilidade civil de administradores compreende o período de 1º de junho de 2012 a 1º de junho de 2013.

A apólice de Propriedade possui cobertura de danos materiais aos ativos da Sociedade, exceto para as linhas de transmissão e distribuição.

A apólice para Responsabilidade civil com terceiros possui cobertura geral para danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados.

**40. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Considerando os termos da Instrução CVM nº 475/08, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 604/09, que aprovou os CPCs 38, 39 e 40, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tratam do reconhecimento e mensuração, da apresentação e da evidenciação de instrumentos financeiros, a seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Informações Trimestrais, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

**Ativo indenizável (concessão):** vide nota 14.1.

**Empréstimos e financiamentos:** Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado, somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Informações Trimestrais. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobras, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Sociedade com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo.

**Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira:** A Sociedade captou empréstimos denominados em moeda estrangeira, acrescidos de juros pré-fixados, para os quais foram contratadas operações de “Swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio e substituindo os juros pré-fixados pela variação do CDI. Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “Swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido.

Estas operações são consideradas como itens objeto de hedge (hedge accounting), e estão contabilizadas pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando taxas de mercado cotadas mensalmente, levando-se em consideração as mesmas condições das operações contratadas.

**Debêntures:** Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período. O valor de

mercado das debêntures, conforme quadro abaixo é calculado com base no valor das mesmas no mercado secundário, divulgado pela Anbima, na data das Informações Trimestrais e segundo metodologia de fluxo de caixa descontado. As debêntures foram classificadas como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo” e o valor de mercado demonstrado é informativo.

Para a 5ª Emissão de Debêntures, como não houve nenhuma negociação no mercado secundário o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de *bookbuilding* (valor contábil).

**Demais ativos e passivos financeiros:** São classificados como empréstimos e recebíveis e avaliados a custo amortizado, sem diferenças entre o valor contábil e o valor de mercado por não serem negociados em mercado ativo e estarem contabilizados pelos respectivos valores líquidos de realização e liquidação.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Sociedade e sua classificação:

	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	277.320	277.320	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Consumidores, parcelamentos de débitos e fornecedores	706.106	706.106	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	33.634	33.634	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	46.858	46.858	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo indenizável (concessão)	414.995	414.995	Valor justo	Disponível para venda
<b>Total ativo</b>	<b>1.478.913</b>	<b>1.478.913</b>		
<b>Passivo</b>				
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(269.428)	(269.609)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(431.608)	430.796	Valor justo	Objeto de Hedge
Operações de swap	65.228	65.228	Valor justo	Instrumento de Hedge
Debêntures*	(638.038)	(639.312)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
Arrendamento mercantil	(18.079)	(18.079)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(288.049)	(288.049)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
<b>Total passivo</b>	<b>(1.579.974)</b>	<b>(719.025)</b>		

\* Valor de mercado demonstrado é informativo.

A apuração do valor justo do ativo financeiro indenizável e a operação de “Swap” levou em consideração o nível hierárquico 2. Ver maiores detalhes sobre o ativo financeiro indenizável na nota 14.1.

A estimativa de valor de mercado dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Sociedade reflete as elevações da classificação de riscos atribuídas pela Standard & Poor's nos últimos anos.

Em 23 de maio de 2012, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's reafirmou o rating brAAA da Elektro, da 4ª e da 5ª emissão de debêntures.

### Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

No semestre findo em 30 de junho de 2012, a Sociedade possui três contratos de instrumento financeiro derivativo, referente a operações de “Swap” firmadas junto aos Bancos Itaú, BNP Paribas e HSBC. Conforme mencionado na nota 17, a Sociedade, captou em abril de 2011, segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamentos denominadas em moeda estrangeira. Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessas operações, a Elektro contratou operações de “Swap”, resultando assim em operações denominadas em moeda nacional, com um custo final atrelado ao CDI.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Sociedade de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual.

Com relação às aplicações financeiras, a Elektro tem uma política bastante restritiva e conservadora, a qual não permite investimento em derivativos ou títulos com alto risco de crédito, sejam públicos ou privados. Além disso, a Elektro é bastante seletiva na escolha das instituições financeiras com quem realiza operações, tendo em sua carteira somente aplicações em bancos de primeira linha, com classificação de risco mínimo para aplicação equivalente a AA-, emitida por uma das empresas de classificação de riscos (rating) internacional.

Nas atividades da Sociedade, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais, embora apresentem impacto imediato nas demonstrações de resultado da Sociedade, por não haver previsão de manutenção nas Informações Trimestrais dos ativos e passivos regulatórios, estão contempladas e garantidas em cada reajuste tarifário anual, por meio do mecanismo da CVA. Portanto, em termos financeiros (caixa) a Sociedade remanesce isenta do risco de variação cambial. Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Sociedade considerava possuir, em 30 de junho de 2012, proteção natural com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M), em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Sociedade:

### Varição das taxas de juros

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Sociedade realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado.

A Administração da Sociedade considera como cenário mais provável a realização nos próximos 12 meses das expectativas para os indicadores projetados no Relatório Focus do Banco Central. O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP: (i) variação dos índices projetados para 2012, de acordo com dados do Relatório Focus, disponibilizado em 29 de junho de 2012: 7,48%, 5,86% e 4,93% respectivamente, ou no caso da TJLP adotamos a última taxa divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, 5,50%; (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25% e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.

<b>Instrumentos</b>	<b>Exposição (contábil)</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Elevação do índice em 25% (*)</b>	<b>Elevação do índice em 50% (*)</b>
Aplicações Financeiras	270.096	Variação CDI	20.203	25.254	30.305
Debêntures	(438.559)	Variação CDI	(32.804)	(41.005)	(49.206)
Cédula de Crédito Bancário(1)	<u>(366.380)</u>	Variação CDI	<u>(27.405)</u>	<u>(34.257)</u>	<u>(41.108)</u>
	(534.843)		(40.006)	(50.008)	(60.009)
Ativo indenizável (concessão)(2)	414.995	Variação IGP-M	24.319	30.398	36.478
Debêntures	(201.407)	Variação IPCA	(9.929)	(12.412)	(14.894)
Financiamentos - Finep 1º ciclo	(9.535)	Variação TJLP	(524)	(656)	(787)
Financiamentos - Finem CAPEX 2011/2012	(105.889)	Variação TJLP	(5.824)	(7.280)	(8.736)
Redução (aumento) da exposição à taxa de juros			<u>(31.965)</u>	<u>(39.956)</u>	<u>(47.948)</u>

(1) As operações foram originalmente contratadas em dólares norte-americanos, porém a Elektro possui operações de "Swap" conjuntas com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, as operações passam a ser indexadas apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

(2) Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Sociedade levou em consideração para o cálculo de sensibilidade a variação do IGP-M.

Notas:

(\*) Conforme requerimento da instrução CVM nº 475/08, deterioração de 25% e 50% respectivamente, em relação ao cenário provável.

### Risco de Crédito

A Sociedade não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia pois, como distribuidora de energia elétrica e conforme previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico, é obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência, a Sociedade atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

Em 30 de junho de 2012 o índice real de inadimplência frente a suas operações é de 4,12%.

### **Risco da Revisão e do Reajuste das Tarifas de Fornecimento**

Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de eficiência, o Contrato de Concessão estabelece a revisão periódica das tarifas de fornecimento, a cada quatro anos. A nova tarifa é fixada tendo por base: (i) o total dos custos não gerenciáveis pela Sociedade (Parcela A); (ii) a cobertura de custos operacionais eficientes definidos pelo regulador (i) e (iii) a remuneração, à taxa do custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, dos investimentos prudentes realizados pela Sociedade nos ativos a serviço da concessão. A primeira revisão periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e a segunda ocorreu em 27 de agosto de 2007.

Em 27 de agosto dos anos intra-revisões, com o objetivo de restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, o Contrato de Concessão garante à Sociedade o direito ao reajuste anual do valor das tarifas de fornecimento de energia elétrica. O índice de reajuste é obtido pela variação dos custos da Parcela A, e pela variação do IGP-M, menos o Fator X para a diferença entre a receita realizada nos últimos 12 meses, para fins tarifários e as despesas de Parcela A no mesmo período, conforme fórmula paramétrica definida no Contrato de Concessão. O Fator X, índice fixado pelo regulador na época da Revisão Tarifária, é subtraído ou é acrescido ao IGP-M nos reajustes anuais subsequentes.

No período intra-reajustes, com o objetivo de apurar a variação mensal de valores de itens da Parcela A efetivamente praticados pela Sociedade, comparados àqueles considerados por ocasião da revisão/reajuste das tarifas, existe o mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA). As diferenças, positivas ou negativas, são corrigidas pela taxa de juros SELIC e repassadas às tarifas de fornecimento no reajuste anual contratual.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Sociedade justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária extraordinária. A realização desta Revisão Tarifária extraordinária fica a total critério do regulador.

### **Risco de Liquidez**

A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

### **Risco de Mercado**

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação, e contratou suas necessidades de energia para 2012. A partir de 2013 há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos dos leilões de energia existente. Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e de Belo Monte, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos a serem realizados a partir de 2012, conforme previsto na legislação vigente.

### **Risco de Interrupção no Fornecimento de Energia Elétrica**

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem

sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de três subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de 89 subestações (SE), a automação do comando de 827 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas.

Como ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a Elektro mantém consistente programa de manutenção preventiva, atuando em média em 16 mil km de rede por ano, bem como realiza investimentos de melhoria, expansão e modernização como a substituição de 390 disjuntores e a substituição de 482 km de redes convencionais com cabos nus por redes compactas com cabos isolados, nos últimos 9 anos.

### Índices Financeiros

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	30/06/2012	30/06/2011
Taxa de câmbio R\$/US\$ <sup>(1)</sup>	2,02	1,56
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	-7,76	6,31
IGP-M	3,19	3,15
TJLP	2,96	2,96
Selic	4,71	4,26
CDI	4,42	4,30

<sup>(1)</sup> Cotação em 30 de junho.

**DIRETORIA**

MARCIO HENRIQUE FERNANDES

DIRETOR PRESIDENTE

RODRIGO FERREIRA MEDEIROS DA SILVA

DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA

DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

CRISTIANE DA COSTA FERNANDES

DIRETORA EXECUTIVA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

JOÃO GILBERTO MAZZON

DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

SIMONE A. BORSATO SIMÃO

GERENTE EXECUTIVA DE CONTROLADORIA

ANDRE OSWALDO DOS SANTOS

GERENTE DE CONTABILIDADE E FISCAL  
CRC 1SP235939/O-7

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**PRESIDENTE**

FRANCISCO JAVIER VILLALBA SANCHEZ

**CONSELHEIROS**

SANTIAGO MARTINEZ GARRIDO

EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

LUIZ CARLOS SILVA

**RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.  
Campinas – SP

**Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

**Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

**Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

**Outros assuntos**

**Informações intermediárias do valor adicionado**

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas (SP), 18 de julho de 2012

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Luís A. Marini  
Contador CRC 1SP182975/O-5

Adilvo França Júnior  
Contador CRC 1BA021419/O-4-S-SP